



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

**Tomada de Contas Ordinária** instaurada por força do Acórdão nº 233/2019-TP, que tem como objeto apurar possível prejuízo ao erário na execução do **Contrato nº 022/2013**, celebrado entre a SINFRA e a Empresa ENSERCON Engenharia Ltda, tendo por objeto a “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT”.



### Equipe de Auditoria

Nilson José da Silva – Auditor Público Externo

Helder Augusto P. de Barros Daltro – Auditor Público Externo (Supervisor)

**JUNHO/2020**





## SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO .....	6
1.1	Deliberação que originou o trabalho .....	7
1.2	Visão geral do objeto .....	7
1.3	Objetivo .....	7
1.4	Metodologia utilizada .....	7
1.5	Volume de recursos fiscalizados .....	8
1.6	Benefícios estimados da fiscalização .....	8
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO .....	8
2.1.	Da inspeção <i>in loco</i> .....	19
2.1.1.	Cercas de Alambrado .....	19
2.1.2.	Prolongamento da Pista de Pouso .....	20
2.1.3.	Pista de taxi paralela à pista de pouso .....	21
2.1.4.	Pista de taxi – Trecho 1 .....	21
2.1.5.	Pista de taxi – Trecho 2 .....	22
2.1.6.	Pátio de aeronaves .....	23
2.2.	Do relatório técnico emitido pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio em MAIO de 2018. ....	24
III.	DA EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 022/2013.....	29
3.1.	Da Ordem de Serviço e Ordens de Paralisação dos serviços .....	29
3.2.	Dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra objeto do Contrato n° 022/2013. ....	31
3.4.	Das medições dos serviços objeto do Contrato n° 022/2013 .....	33
3.5.	Dos pagamentos e os responsáveis .....	48
3.6.	Dos pagamentos das planilhas de reajustamentos.....	50
3.7.	Da origem do recurso para custear a obra objeto do Contrato n° 22/2013 .....	52
IV.	CONTRATO N° 022/2013 .....	53
V.	DA SUPERVISÃO E RESPONSABILIDADE DA SUPERVISORA SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA .....	56
VI.	DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS À CERCA E ALAMBRADO.....	63
VII.	DOS ACHADOS DE AUDITORIA.....	67
7.1.	ACHADO 1: o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, que subsidiou a referida contratação (Concorrência n° 15/2012) dos itens 1.6, 1.7, 1.8, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 4.569.969,16, sem as correspondentes composições de preços unitários, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93.....	69
7.1.1.	Situação encontrada .....	69
7.1.2.	Critério de auditoria.....	70





7.1.3.	Evidências .....	71
7.1.4.	Efeitos reais e potencial .....	71
7.1.5.	Responsáveis/qualificação .....	71
7.1.1.1.	Conduta .....	71
7.1.1.2.	Nexo de Causalidade .....	71
7.1.1.3.	Culpabilidade .....	71
7.2.	ACHADO 2: o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, com preços superiores ao preço praticado no mercado. ....	72
7.2.1.	Situação encontrada .....	72
7.2.2.	Critério de auditoria .....	73
7.2.3.	Evidências .....	73
7.2.4.	Efeitos reais e potencial .....	73
7.2.5.	Responsáveis/qualificação .....	73
7.2.9.1.	Conduta .....	73
7.2.9.2.	Nexo de Causalidade .....	73
7.2.9.3.	Culpabilidade .....	73
7.3.	ACHADO 3: os engenheiros designados para acompanhar e fiscalizar a execução da obra objeto do Contrato nº 22/2013 foram ineficientes no exercício do seu <i>mister</i> . ....	73
7.3.1.	Situação encontrada .....	74
7.3.2.	Critério de auditoria .....	74
7.3.3.	Evidências .....	74
7.3.4.	Efeitos reais e potencial .....	74
7.3.5.	Responsáveis/qualificação .....	74
7.3.5.1.	Conduta .....	74
7.3.5.2.	Nexo de Causalidade .....	74
7.3.5.3.	Culpabilidade .....	75
7.4.	ACHADO 4: realização de medições de serviços sabidamente não executados, conforme demonstrado na planilha da 7ª medição, da 10ª medição e da 11ª medição, no valor total de R\$ 7.190.592,03, que tinham conhecimento de que não foram executados ou foram executados em desacordo com as normas técnica e projeto básico .....	75
7.4.1.	Situação encontrada .....	75
7.4.2.	Critério de auditoria .....	76
7.4.3.	Evidências .....	76
7.4.4.	Efeitos reais e potencial .....	77
7.4.5.	Responsáveis/qualificação .....	77





7.4.5.1.	Conduta .....	77
7.4.5.2.	Nexo de Causalidade.....	77
7.4.5.3.	Culpabilidade .....	77
7.5.	ACHADO 5: a empresa contratada como supervisora, através do Contrato nº 241/2013, não alertou a SETPU sobre itens medidos e sabidamente não executados pela empresa ENSERCON, constituindo liquidação indevida de despesa. Ainda, em decorrência da inércia da empresa contratada como supervisora, serviços de pavimentação foram executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico. ....	78
7.5.1.	Situação encontrada .....	78
7.5.2.	Critério de auditoria.....	80
7.5.3.	Evidências .....	80
7.5.4.	Efeitos reais e potencial.....	80
7.5.5.	Responsáveis/qualificação.....	80
7.5.5.1.	Conduta .....	80
7.5.5.2.	Nexo de Causalidade.....	80
7.5.5.3.	Culpabilidade .....	80
7.6.	ACHADO 6: A empresa Ensercon recebeu do erário estadual recursos que tinha conhecimento que não tinha direito, causando dano ao Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 7.518.452,55. ....	81
7.6.1.	Situação encontrada .....	81
7.6.2.	Critério de auditoria.....	82
7.6.3.	Evidências .....	82
7.6.4.	Efeitos reais e potencial.....	82
7.6.5.	Responsáveis/qualificação.....	83
7.6.5.1.	Conduta .....	83
7.6.5.2.	Nexo de Causalidade.....	83
7.6.5.3.	Culpabilidade .....	83
VIII.	CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR.....	83
IX.	QUADRO DE RESPONSABILIZAÇÃO .....	86
	ACHADO 4: .....	87
	✓ realização de medições de serviços sabidamente não executados, conforme demonstrado na planilha da 7ª medição, da 10ª medição e da 11ª medição, no valor total de R\$ 7.190.592,03, que sabidamente tinham conhecimento de que não foram executados ou foram executados em desacordo com as normas técnica e projeto básico.....	87
	(item 7.4) .....	87
	ACHADO 5: a empresa contratada como supervisora, através do Contrato nº 241/2013, não alertou a SETPU sobre itens medidos e sabidamente não executados pela empresa ENSERCON, constituindo liquidação	





indevida de despesa. Ainda, em decorrência da inércia da empresa contratada como supervisora, serviços de pavimentação foram executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico. (item 7.5) .....87

ACHADO 6: A empresa Ensercon recebeu do erário estadual recursos que sabidamente tinha conhecimento que não tinha direito causando dano ao Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 7.518.452,55. (item 7.6) ....88

X. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO .....88





## RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>PROCESSO Nº</b>	16.287-6/2014
<b>OBJETO</b>	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL em face às irregularidades constatadas na execução do <b>Contrato nº 022/2013</b> , celebrado entre a SINFRA e a Empresa ENSERCON Engenharia Ltda, tendo por objeto a “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT”.
<b>JURISDICIONADO</b>	Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana - SETPU (atual SINFRA)
<b>SECRETÁRIO</b>	Marcelo de Oliveira – Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA
<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>José Carlos Ferreira da Silva</b> – Gerente Aeroportuário à época dos fatos; <b>Esmeraldo Teodoro de Melo</b> – Eng. Fiscal (Port. Nº 197/2013/SETPU); <b>Pedro Maurício Mazzaro</b> – Eng. Fiscal (Port. nº 273/2013/SETPU); <b>Cinésio Nunes de Oliveira</b> – ex-Secretário de Estado da SETPU <b>ENSERCON Engenharia Ltda</b> – Empresa Contratada IC nº 22/2013/SETPU; <b>SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda</b> – Empresa Supervisora IC nº 241/2013.
<b>ADVOGADOS</b>	Augusto Mário Vieira Neto – OAB/MT nº 15.948 (ENSERCON) Clóvis Sguarezi Mussa de Moraes - OAB/MT nº 14.485 (ENSERCON) Vittor Arthur Galdino - OAB/MT nº 13.955 (ENSERCON) Rodrigo Augusto Fagundes Teixeira – OAB/MT nº 11.363 (SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA) José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior – OAB/MT 5.959 (SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA) Fábio Silva Teodoro Borges – OAB/MT 12.742 (SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA) Karla Karolina Aparecida Dias Pompermayer – OAB/MT 15.965 (SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA) João Vitor Scedrzyk Braga – OAB/MT nº 15.429 (José Carlos Ferreira da Silva) Paulo da Silva Costa – OAB/MT nº 12.435 (José Carlos Ferreira da Silva)
<b>RELATOR</b>	Conselheiro Interino Joao Batista de Camargo
<b>EQUIPE TÉCNICA<sup>1</sup></b>	Nilson José da Silva – Auditor Público Externo Helder Augusto Pompeu de Barros Daltro – Auditor Público Externo - Supervisor

**Excelentíssimo Conselheiro Relator,**

### I. INTRODUÇÃO

Trata-se de **Tomada de Contas Ordinária**, instaurada por força do Acórdão nº 233/2019-TP, que tem como objetivo apurar possível prejuízo ao erário na execução do **Contrato nº 022/2013**, celebrado entre a SETPU e a Empresa ENSERCON Engenharia Ltda, tendo por objeto a “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT”.

<sup>1</sup> Ordem de Serviço nº 3938/2020 – Conex-e







### 1.1 Deliberação que originou o trabalho

Este trabalho originou-se da Comunicação de Irregularidade autuada sob o nº 103195/2014, de autoria do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o processo nº 103195/2014, através do Chamado nº 648/2014, o Tribunal de Contas da União – Secex-MT, através de seu Assessor, Sr. André Acevedo, encaminhou manifestação recebida naquela Ouvidoria, acerca de possíveis ilegalidades na obra de ampliação e pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis – Contrato n.º 022/2013<sup>2</sup>, firmado entre a SETPU e a firma ENSERCON Engenharia LTDA. Pelas informações que acompanharam o Chamado nº 648/2014, o TCU alertou o TCE/MT, sobre possível irregularidade construtiva e de gestão da obra do aeroporto de Rondonópolis, com possibilidade muito grande de desvio de recursos públicos.

### 1.2 Visão geral do objeto

Trata-se análise da execução do **Contrato nº 022/2013**, celebrado entre a SINFRA e a Empresa ENSERCON Engenharia Ltda, tendo por objeto a “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT”.

### 1.3 Objetivo

O objetivo da TCO é verificar possíveis irregularidades na execução do objeto do Contrato nº 022/2013 e possíveis danos ao erário estadual.

### 1.4 Metodologia utilizada

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas de Auditoria aplicáveis à Administração Pública, com a devida observância aos procedimentos de Auditoria de Conformidade estabelecidos pelo TCE/MT.

Foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: a) análise documental; b) extração eletrônica de dados; c) conferência de cálculos; inspeção *in loco* e, d) entrevista.

<sup>2</sup> **Contrato nº 022/2013/SETPU**, formalizado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (SETPU), atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA), e a empresa Ensercon Engenharia Ltda, tendo como objeto a execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT.





### 1.5 Volume de recursos fiscalizados

Conforme disposto no inciso II, do art. 2º, da Resolução Normativa do TCE/MT nº 09/2013, o volume de recursos fiscalizados corresponde ao valor nominal total dos atos fiscalizados que, no caso em tela, corresponde ao valor global do Contrato nº 022/2013, que é de **R\$ 31.183.783,85** (trinta e um milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).


### 1.6 Benefícios estimados da fiscalização

Maior rigor na execução dos contratos que tenham como objeto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como respeito aos Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Isonomia e, o Princípio da Economicidade.

## II. CONTEXTUALIZAÇÃO

Para melhor compreensão dos autos, faz-se necessário apresentar o histórico dos fatos, desde a instauração da Representação de Natureza Interna, em 05.09.2014 (Doc. 162701/2014 – Control-P).

Conforme consta no relatório técnico preliminar, a Representação de Natureza Interna nº 162876/2014 originou-se da Comunicação de Irregularidade autuada sob o nº 103195/2014, de autoria do Tribunal de Contas da União. Na ocasião (28.01.2014) o comunicante informou o seguinte:

	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</b> Fiscalização a serviço da sociedade Ouvidoria
<b>Sisouv Web</b>	
<b>Manifestação nº 184387</b>	
<b>Data de entrada: 28/01/2014</b> <b>Título: Aeroporto de Rondonópolis - MAESTRO MARINHO FRANCO</b> <b>Conteúdo:</b>	
Alerto para a irregularidade construtiva e de gestão da obra do Aeroporto de Rondonópolis. Possibilidade muito grande de Desvio de Recursos públicos. <u>A ENSERCON já apresentou a QUARTA MEDIÇÃO constando acabamento final com CBUQ e ainda está executando o subleito.</u> <u>Está se executando Bueiro fora do especificado em projeto.</u> Existem várias irregularidades a serem verificadas pelo TCU. Concorrência Pública - Edital 15-2012 Instrumento Contratual : 022-2013-00-00-SETPU	







Diante da gravidade dos fatos denunciados e, após realização de inspeção *in loco* no aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT, a equipe de auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura, em 12.09.2014, emitiu o Relatório Técnico Preliminar (Doc. nº 162701/2014 – Control-P).

No relatório preliminar, os auditores concluíram a existência de sobrepreços, na planilha orçamentária, em decorrência de deficiência no projeto básico, especificamente na orçamentação realizada pelo gerente da Gerência Aeroportuária e Hidrovia, Sr. José Carlos Ferreira da Silva, conforme descrito a seguir:

- a) itens 1.1. ao 1.5 orçados indevidamente com unidade verba, no montante de R\$ 75.691,12;
- b) itens 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 3.9 a 3.12, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27, sem correspondência no Boletim de Preços de Obras Rodoviárias da SETPU de setembro de 2011 e sem as respectivas composições de preços unitários, no montante de R\$ 5.597.674,65;
- c) sobrepreço no montante de R\$ 3.618.059,77 (ou 28,7%), conforme ANEXO 2 desta Representação, decorrente de divergências entre os preços unitários do Boletim e os adotados pelo orçamentista acima referido. Vale destacar que no item 3.3 da planilha orçamentária (Base de Brita Graduada BC - Conforme Especificação), ocorreu não apenas sobrepreço em relação ao Boletim, como também em relação ao quantitativo, pois a planilha indica 21.046,480 m3 de brita enquanto que pelo projeto chega-se a menos da metade desse valor (10.318,20 m3). **O referido ANEXO 2, parte integrante deste relatório a ser observado na apresentação da defesa.**

Constatou-se ainda, superfaturamento no valor de R\$ 3.912.531,80, pelo pagamento de serviços não executados pela empresa ENSERCON, conforme descrito a seguir:

- 4.2 superfaturamento decorrente de serviços medidos e não executados (liquidação indevida), no montante de R\$ 3.912.531,80, correspondente a 33,70% do total medido até a 6ª medição (R\$ 11.607.793,61), de responsabilidade dos fiscais da obra, Srs. Esmeraldo Teodoro de Melo (responsável por dano de R\$ 2.680.827,54) e Pedro Mauricio Mazzaro (responsável por dano de R\$ 1.231.704,26).

Assim sendo, no relatório preliminar da RNI foram apontadas as seguintes irregularidades e os respectivos responsáveis:





Achado	Conduta	Nexo de Causalidade	Culpabilidade	Responsável
<b>GB 11 Licitação Grave. Deficiência nos projetos básicos e executivos na contratação de obras e serviços.</b>  <b>Item:</b> 2.3.1 (a) – Fl. 8 do Doc. nº 162701/2014	a) Especificar os seguintes itens da planilha orçamentária sem unidade de medição: Itens 1.1 a 1.5 da planilha orçamentária referenciados à unidade de medição destituída de significado (verba), no montante de R\$ 75.691,12.	A conduta impede o Controle efetivo sobre a execução dos itens 1.1 a 1.5 da planilha orçamentária.	A irregularidade apontada não trata de tema controvertido ou polêmico, existindo inclusive decisões reiteradas do TCU, o que exigiria conduta diversa do agente.	José Carlos Ferreira da Silva – Responsável pela Gerência Aeroportuária e Hidroviária à época.
<b>GB 11 Licitação Grave. Deficiência nos projetos básicos e executivos na contratação de obras e serviços.</b>  <b>Item:</b> 2.3.1 (b) – Fl. 9 do Doc. nº 162701/2014	b) Orçar os seguintes itens sem a composição de preços unitários, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93: Itens 1.6, 1.7, 1.8, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 5.597.674,65, sem as correspondentes composições de preços unitários.	A conduta impede a Controle efetivo sobre a correta formação dos preços dos itens 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 3.9 a 3.12, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária.	A irregularidade apontada não trata de tema controvertido ou polêmico, existindo inclusive decisões reiteradas do TCU, o que exigiria conduta diversa do agente.	
<b>GB 06 Licitação Grave. Realização de processo licitatório ou contratação de bens e serviços com preços comprovadamente superiores aos de mercado – sobrepreço (art. 37, caput da Constituição Federal e art. 43, IV, da Lei 8.666/1993)</b>  <b>Item:</b> 2.3.1 (c) – Fl. 9 do Doc. nº 162701/2014	c) Orçar Os demais itens da planilha orçamentária não indicados nos dois achados acima com preços acima do Boletim de Preços de Obras Rodoviárias da SETPU de setembro de 2011, existindo variação de até 437,3%, causando um sobrepreço geral de R\$ 3.618.059,77 (ou 28,7%).	A conduta levou à contratação de obra com sobrepreço causando dano ao erário.	Em tese, tal conduta afasta a boa fé do agente, pois os preços existentes no Boletim de Preços do próprio órgão preço são manifestamente inferiores aos adotados no orçamento.	
<b>JB 03 Despesa Grave. Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964 e artigos 55, § 3º e 73 da Lei 8.666/1993).</b>  <b>Item:</b> 2.3.2.1 (a, b, e c) – Fl. 10/12 do Doc. nº 162701/2014 2.3.2.3 (a) – Fl. 13 do Doc. nº	a) Medir os seguintes itens sabidamente não executados, no valor de R\$ 2.680.827,54: 3.3, 3.4, 3.5, 6.1, 6.2 e 6.3 (4ª medição acumulada), constituindo liquidação indevida de despesa.	Essa conduta causou dano ao erário.	Tal conduta afasta a boa-fé do agente.	Esmeraldo Teodoro de Melo – Eng. Fiscal (Port. 197/2013 - SETPU).





162701/2014				
<b>JB 03 Despesa Grave. Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964 e artigos 55, § 3º e 73 da Lei 8.666/1993).</b>  <b>Item:</b> 2.3.2.1 (c) – Fl. 10/12 do Doc. nº 162701/2014 2.3.2.2 (a) – Fl. 13 do Doc. nº 162701/2014; 2.3.2.3 (a) – Fl. 13 do Doc. nº 162701/2014	a) Medir os seguintes itens sabidamente não executados, no valor de R\$ 1.231.704,26: 3.5, 4.2, 4.3, 4.4, 6.1, 6.2 e 6.3 (6ª medição acumulada), constituindo liquidação indevida de despesa.	Essa conduta causou dano ao erário.	Tal conduta afasta a boa-fé do agente.	Pedro Maurício Mazzaro – Eng. Fiscal (Port. 273/2014 SETPU).

Fonte: Doc. nº 162701/2014 – Control-P

Embora os Representados tenham apresentado defesas, as mesmas não foram suficientes para afastar as referidas irregularidades (Doc. 27571/2015 – Control-P).

Na ocasião também foi apontada a responsabilidade solidária da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, detentora do Contrato nº 241/2013, que tem como objeto a execução dos serviços de supervisão da execução do contrato nº 022/2013:

### 3 DO CONTRATO 241/2013

Conforme informado pelo gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária, Sr. José Carlos Ferreira da Silva, a fiscalização da SETPU recebe assessoramento da empresa **SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda**. Consta do GeoObras o instrumento contratual nº 241/2013, no valor de R\$ 1.271.490,40, referente a essa prestação de serviço.

Assim, a empresa tem responsabilidade solidária com os fiscais do contrato 22/2013 pelo superfaturamento já apontado.

**Fonte: Fl 14 do Doc. nº 162701/2014 – Control-P**

Esclarece-se que, na ocasião da instauração da RNI, o Contrato nº 022/2013 estava em execução. Assim, os valores apontados como pagamento indevido (superfaturamento), por medição de serviços não executados, no valor de R\$ 3.912.531,80 e o sobrepreço no montante de R\$ 3.618.059,77, ocorrido em decorrência de erro na planilha orçamentária, **não eram considerados como dano ao erário.**

Porém em função da gravidade dos fatos e constatação de pagamento por serviços não executados pela empresa ENSERCON Engenharia Ltda, detentora do IC





nº 22/2013<sup>3</sup>, em 26.09.2014, o Exmo. Conselheiro Relator, acolhendo as sugestões da equipe de auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas e visando resguardar o erário estadual de possível prejuízo, por meio de Decisão Singular 1475/AJ/2014 - Doc. nº 170794/2014 – Control-P, concedeu medida cautelar determinando a suspensão do contrato e qualquer pagamento à empresa Ensercon Engenharia Ltda.

A decisão proferida no Julgamento Singular foi a seguinte:

Posto isso, com base nos artigos 82 e 83, III da Lei Complementar 269/2007 (Lei Orgânica TCE-MT), e nos arts. 219, 224 e 225, 298, III e 300 da Resolução 14/2007 (Regimento Interno TCE-MT), **DECIDO**:

I - pelo conhecimento da presente Representação Interna e,

II - pela concessão da medida cautelar para DETERMINAR CAUTELARMENTE ao gestor da SETPU, Sr. Cinésio Nunes Oliveira, que SUSPENDA a execução do Contrato 22/2013 e de qualquer pagamento à empresa Ensercon Engenharia Ltda, até decisão de mérito, sob pena de multa diária de 50 UPFs-MT aos que derem causa ao descumprimento dessa determinação e,

III – pela citação, com envio de cópia da representação e desta decisão para ciência e apresentação de defesa, no prazo regimental de 15 (quinze) do Sr. Cinésio Nunes Oliveira (secretário da SETPU), Sr. José Carlos Ferreira da Silva (gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária), Sr. Esmeraldo Teodoro de Melo (engenheiro fiscal - Portaria 197/2013-SETPU), Sr. Pedro Maurício Mazzaro (engenheiro fiscal - Portaria 273/2014-SETPU), Sr. Marcílio Ferreira Kerche (representante legal da empresa Ensercon Engenharia Ltda) e Sr. Sílvia Ramão Medina (representante legal da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda).

Fonte: Fls. 5/6 do Doc. nº 170794/2014 – Control-P

A citada decisão foi homologada em sessão de julgamento do Pleno do dia 07.10.2014, por meio do Acórdão nº 2.332/2014-TP (Doc. nº 190060/2014 – Control-P).

Após manifestação dos Representados, em 05.03.2015, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas emitiu o segundo relatório técnico (relatório técnico de análise de defesa - Doc. nº 25781/2015 – Control-P) ocasião em que apresentou a seguinte proposta de encaminhamento:

#### 4 RECOMENDAÇÕES

Devido à ocorrência de sobrepreço no orçamento da Administração e de superfaturamento na execução do instrumento contratual 22/2013-SETPU, em decorrência de medições e respectivos pagamentos sem a devida liquidação (prestação dos serviços), caracterizando o *periculum in mora* e o *fumus boni iuri*, recomenda-se manter os termos do item 1 do v. Acórdão 2332/2014-TP que determinou ao gestor da SETPU, atualmente SINPRA, “a suspensão da execução do Contrato nº 22/2013 e de qualquer pagamento à empresa Ensercon Engenharia Ltda.”, até que a SINPRA demonstre a este Tribunal ter cumprido com as seguintes obrigações:

<sup>3</sup> IC nº 22/2013 – Execução dos serviços de ampliação e pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT.





- a) elabore medição de ajuste dos valores medidos indevidamente na 4ª e 6ª medições, respectivamente nos valores de R\$ 2.680.433,03 e R\$ 1.231.704,26;
- b) a Ensercon Engenharia Ltda restitua ao erário estadual o montante dos juros e correção monetária decorrentes do recebimento indevido de serviços não executados na 4ª e 6ª medições, apontados na alínea a acima;
- c) celebre termo aditivo visando: c.1) recompor os Itens 1.6, 1.7, 1.8, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 4.569.969,16, que se encontram sem as correspondentes composições de preços unitários; c.2) ajustar os demais itens da planilha orçamentária (exceto 1.1 a 1.5, 4.5, 4.6 e 6.4) que se apresentam com preços acima do Boletim de Preços de Obras Rodoviárias da SETPU de setembro de 2011, existindo variação de até 437,3%, causando um sobrepreço geral de R\$ 3.618.059,77;
- d) instaure processos administrativos visando apurar: d.1) responsabilidade do servidor José Carlos Ferreira da Silva (gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária), pelo sobrepreço de R\$ 3.618.059,77 conforme indicado na alínea c.2 acima; d.2) responsabilidade solidária do servidor Esmeraldo Teodoro de Melo (Engenheiro Fiscal, Portaria 197/2013-SETPU e da empresa Ensercon Engenharia Ltda (executora, contrato 22/2013) pelo superfaturamento ocorrido na 4ª medição, no montante de R\$ 2.680.433,03; d.3) responsabilidade solidária do servidor Pedro Maurício Mazzaro (Engenheiro Fiscal, Portaria 273/2014-SETPU) e das empresas Ensercon Engenharia Ltda (executora, contrato 22/2013) e SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda (supervisora, contrato 241/2013) pelo superfaturamento ocorrido na 6ª medição, no montante de R\$ 1.231.704,26.

Fonte: Fls. 12/13 do Doc. n° 25781/2015 – Control-P

Em 21.01.2016, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, manifestou nos autos (Doc. 7326/2016 – Control-P) acerca das supostas irregularidades que lhe foram direcionadas, no relatório técnico do dia 05.03.2015. Assim, os autos do processo retornaram à SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas, para análise e emissão de relatório técnico conclusivo.

Em 24.02.2016 (Doc. 26466/2016 – Control-P) a equipe de auditores elaborou o novo relatório técnico, ratificando o relatório técnico do dia 05.03.2015.

Em 03.05.2016, a empresa ENSERCON Engenharia LTDA, voltou a manifestar nos autos. Na ocasião a Empresa alegou cerceamento de defesa. Assim, requereu ao Exmo. Conselheiro Relator, o retorno dos autos à SECEX de Obras e Infraestrutura para que fosse analisado a sua defesa, que havia sido encaminhado para o e-mail [gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br](mailto:gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br), porém, esse documento não havia sido juntado aos autos deste processo. (Doc. 82967/2016 – Control-P).







Assim, em 02.09.2016, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura emitiu outro relatório técnico conclusivo (Doc. 157506/2016), analisando as alegações de defesa da empresa. No entanto, as informações trazidas na defesa apresentada pela empresa ENSERCON, não trouxeram nenhum fato novo que pudesse alterar a conclusão do relatório técnico emitido em 05.03.2015.

Em 11.11.2016, antes do julgamento do mérito da RNI nº 162876/2014, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA protocolou nesta Corte de Contas (Processo nº 210773/2016) documento assinado pelo ex-Secretário de Estado da SINFRA, Sr. Marcelo Duarte Monteiro, pelo qual o ex-Secretário propõem a formalização de um **Termo de Compromisso** entre a SINFRA, a ENSERCON Engenharia Ltda e a Construtora Tripolo Ltda. Dentre as propostas que constam nesse documento, a ENSERCON repassaria à Construtora Tripolo Ltda, a responsabilidade pela execução de **30% da obra** objeto do Contrato nº 022/2014. Para regulamentar o compromisso assumido entre a SINFRA, a ENSERCON e a Tripolo, a SINFRA propôs a assinatura de um **TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO**, conforme segue:

**DO PEDIDO.**

Considerando a necessidade de conclusão da obra;

Considerando que a subcontratação da Empresa **CONSTRUTORA TRÍPOLO LTDA** garantirá a execução de 30% da obra;

Considerando que a **CONSTRUTORA TRÍPOLO LTDA** reconhece que a Empresa **ENSERCON ENGENHARIA LTDA** recebeu valores sem a devida contraprestação e que estão pendentes de devolução;

Considerando que a Empresa **ENSERCON ENGENHARIA LTDA** apresentou uma proposta exequível que assegura o ressarcimento do valor devido à SINFRA.

Considerando que a **CONSTRUTORA TRÍPOLO LTDA** tem plena ciência de que será abatido o valor de R\$ 1.558.938,58 dos serviços a serem executados por ela, as obrigações a serem assumidas são as seguintes:

1. Imediata retomada da execução das obras pela Empresa **ENSERCON ENGENHARIA LTDA** e pela Subcontratada **CONSTRUTORA TRÍPOLO LTDA**;
2. Formalização de um Termo de Compromisso entre a SINFRA e as Empresas envolvidas, objetivando garantir o abatimento do valor de R\$ 1.558.938,58 nas próximas medições, a ser descontado dos serviços prestados pela Subcontratada **CONSTRUTORA TRÍPOLO LTDA**, bem como garantir o pleno ressarcimento da diferença de R\$ 2.587.832,70 pela Empresa **ENSERCON ENGENHARIA LTDA**;
3. Revisão da planilha orçamentária da Concorrência Pública nº 015/2012, objetivando a verificação de sobrepreço e na hipótese de confirmação dessa suspeita, a tomada de providências para a sua correção.







Assim, por todo o exposto, com fundamento no art. 238-E da Resolução n. 14/2007, solicita-se a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão para solucionar as pendências existentes no Instrumento Contratual n. 22/2013, tornando possível a conclusão da obra de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis/MT.

Cuiabá, 04 de novembro de 2016.

**MARCELO DUARTE MONTEIRO**  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística.

Dessa forma, diante desse fato novo trazido aos autos, no dia 20.12.2016 o Pleno do TCE prolatou o Acórdão nº 673/2016 – TP (Doc. 9177/2017 – Control-P), ocasião em que dentre outras medidas, no item 3, fez a seguinte determinação:

acompanhamento simultâneo do controle externo; e, 3) determinar o desentranhamento destes autos, do pedido de formalização de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, bem como dos documentos correspondentes, feito pela SINFRA, representada no ato pelo Secretário de Estado e pelo Secretário Adjunto de Obras, cujo objeto é a regularização da execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT, contratada pela Concorrência Pública nº 15/2012, que originou o Contrato nº 22/2013, firmado com a empresa Ensercon Engenharia Ltda, para a devida autuação deste requerimento como processo específico e posterior apensamento a estes autos. Encaminhe-se este processo à Gerência de Protocolo para que sejam desentranhados os mencionados documentos, autuados como processo específico de pedido de formalização do Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, que, posteriormente, deverá ser apensado a estes autos. Em seguida, encaminhem-se os autos à Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia para que elabore a minuta do TAG, e, após os autos deverão ser enviados ao Ministério Público de Contas, nos termos do artigos 238-E, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 14/2007.

Assim, diante da determinação contida no Acórdão nº 673/2016, bem como pelos fatos novos, tais como o pedido de recuperação judicial da empresa ENSERCON Engenharia Ltda, veiculado na mídia<sup>4</sup>, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura, no exercício de seu *mister*, comunicou à SINFRA sobre a necessidade de a realização de nova inspeção *in loco*, para constatar a atual situação da obra.

Em 16.03.2017, a equipe de Auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas, realizou nova inspeção *in loco* no Aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT. Na inspeção *in loco*, realizada nessa data, além da equipe técnica do TCE/MT, também fizeram presentes:

<sup>4</sup> <http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=31318&noticia=construtora-em-recuperacao-judicial-ha-quase-um-ano-deixou-os-funcionarios-a-ver-navios-afirma-advogado>





- a) **SINFRA**: Paula Janayna Funerich (Superintendente de Execução e Fiscalização de Obras III) e Paulo Roberto Machado Gomes (fiscal de obras);
- b) **ENSERCON Engenharia Ltda**: Edmar Alves Botelho (sócio proprietário);
- c) **Construtora Tripolo Ltda**: Estevão Damião de Almeida Espósito (engenheiro) e Marcelo Viana (engenheiro);
- d) **Supervisora Consórcio LBR/Esteio**: Eder Leite de Brito (engenheiro) e, c) **Edmilson dos Santos** (topógrafo).

Mesmo após a inspeção *in loco*, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas se viu impossibilitada de minutar o Termo de Ajustamento de Gestão, tendo em vista a ausência nos autos de informações imprescindíveis para formalização do Termo. Assim, por meio do relatório técnico, datado de 28.03.2017 ((Doc. 142461/2017 – Control-P), a equipe técnica sugeriu ao Conselheiro Relator, que o ex-Secretário da SINFRA, Sr. Marcelo Duarte Monteiro, prestasse as seguintes informações:

- a) Informar se haverá necessidade de celebrar novo termo aditivo de valor ao contrato e, se afirmativa a resposta, enviar cópia do processo completo desse novo aditivo e de todos os demais, suas justificativas técnicas de engenharia que fundamentaram as alterações do projeto (incluindo as impostas pela ANAC), bem como as planilhas orçamentárias devidamente assinadas (em pdf) e as eletrônicas (em excel), bem como apresentar, caso exista, o embasamento legal utilizado para fundamentar a extrapolação dos limites estabelecidos pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, para os dois aditivos de valor;
- b) Apresentar o novo cronograma físico-financeiro com o prazo de execução total da obra, indicando as etapas que serão de responsabilidade da Ensercon Engenharia Ltda e da Construtora Tripolo Ltda;
- c) No caso de a Supervisora constatar perdas de serviço ou de qualidade de materiais, enviar cópia dos respectivos laudos laboratoriais. Nesta hipótese, desde já esta equipe entende que a responsabilidade pela qualidade dos serviços e dos materiais depositados no canteiro de obras é de responsabilidade da contratada, Ensercon Engenharia Ltda;





- d) Informar e comprovar detalhadamente se a Ensercon Engenharia Ltda possui crédito liquidado e não pago em outros contratos com o Estado de Mato Grosso, especialmente junto à Sinfra, bem como se há interesse da Sinfra e da empresa Contratada em deduzir desses créditos os valores pagos por serviços não executados no Contrato nº 22/2013, especialmente no caso de rescisão contratual, observada a autorização do juízo de recuperação judicial.
- e) Informar e comprovar se a garantia contratual oferecida pela Ensercon Engenharia Ltda, relativamente ao contrato nº 22/2013, encontra-se vigente, inclusive quanto ao novo valor contratual. Caso esteja vencida, apresentar reforço de garantia emitido pela referida empresa.

Em 03.04.2017, por meio da Citação nº 91/2017/GAB-WJT, o Senhor Marcelo Duarte Monteiro foi citado para tomar conhecimento do relatório técnico e, que no prazo de 15 dias, manifestasse nos autos.

Em 19.04.2017, o Senhor Marcelo Duarte Monteiro, ex-Secretário da SINFRA, através do Ofício nº 574/2017/GS/SINFRA (Doc. 156347/2017 – Control-P) encaminhou a Manifestação Técnica assinada pelo Secretário Adjunto de Obras, Sr. Marcos Catalano Correa (Doc. 164087/2017 – fls. 1 a 5/38 – Control-P). Juntamente com as informações prestadas pelo Sr. Marcos Catalano Correa, também foi encaminhada cópia do **Relatório Especial RES5MT8317** (Doc. 164089/2017 – fls. 36 a 40 e Doc. 164091/2017 – Control-P) emitido pelo Consórcio LBR – Esteio .

O **Consórcio Esteio**, constituído pelas empresas LBR Engenharia e Consultoria Ltda e a empresa Esteiro Engenharia e aerolevantamentos S.A., foi contratado pela SINFRA em **26.12.2016**, por meio do Contrato nº 069/2016<sup>5</sup>, que tem como objetivo principal a execução de serviços de **supervisão**.

<sup>5</sup> Instrumento Contratual 069/2016/00/00-SINFRA firmado entre a SINFRA e o Consórcio LBR – Esteiro, que tem como objeto a execução dos serviços de Supervisão de obras na malha viária do Estado de Mato Grosso, Lote 05.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato é a execução dos serviços de Supervisão de obras na malha viária e aeródromos do Estado de Mato Grosso, **Lote 05**, nos trechos discriminados no **ANEXO IV**, conforme abaixo:

(2) **DA FINALIDADE** – O presente contrato tem por finalidade a realização do monitoramento geral dos contratos de construção, reconstrução e conservação rodoviária, além dos aeródromos, através do acompanhamento das atividades desempenhadas e realizadas pelas empresas Executoras (conservação rodoviária, implantação e reconstrução e obras de arte especiais) adotando procedimentos de controle tecnológico normatizados para a garantia da qualidade especificada nos contratos de execução; formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas a execução dos trabalhos definidos e especificados na **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO** deste Instrumento.







O **Relatório Especial RES5MT8317** está datado de 22.03.2017 e foi assinado pelo Engenheiro Eder Leite de Brito. O relatório refere-se a estudo das condições das camadas de base e sub-base na obra de ampliação e pavimentação do aeroporto Maestro Marinho Franco:



Pelas informações que contam no **Relatório Especial RES5MT8317**, o Consórcio LBR – Esteio apontou várias impropriedades e patologias nos serviços, até então executados pela empresa ENSERCON e supervisionados pela empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, conforme destaca-se a seguir:

<p><b>V. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b></p> <p>Devido ao longo período de tempo em que a obra do Aeroporto se encontra paralisada, surgiram patologias que comprometeram a estrutura da Base de BGS, onde a mesma sofreu alterações de umidade devido os períodos de chuva, mesmo estando imprimada. Segundo a norma DNIT 144/2014 ES o tempo de exposição da base imprimada é condicionado ao comportamento da mesma, não devendo ultrapassar 30 dias.</p>	<p>A análise dos dados do relatório referente aos ensaios de laboratório para brita graduada simples, no material empregado na base da pista de pouso e decolagem foram encontrados valores satisfatórios nos ensaios de ISC/CBR e de Abrasão Los Angeles, porém, o material não se enquadrou em nenhuma faixa granulométrica especificada na Norma DIRENG de BGS. Constatou-se nos ensaios realizados, que o material empregado na base da pista de pouso e decolagem pode ser reutilizado, todavia é necessário que seja ensaiado em laboratório uma adição de material granulométrico para o enquadramento correto da granulometria especificado na Norma DIRENG.</p>
--	--





A base de BGS hoje encontra-se totalmente comprometida, principalmente, devido a ação das intempéries sofridas ao longo do tempo, apresentando trincas em toda sua extensão e ainda pontos de acúmulo de água na pista de pouso e decolagem, onde existem infiltrações de água debilitando a estrutura da base de BGS. Ao infiltrar, a água reduz a capacidade de suporte e as características físico-mecânicas dos materiais, consequentemente, afeta a capacidade de suporte da estrutura, fazendo com que o pavimento, sob ação da carga, tenha maior deformação, deflexão das camadas. A água infiltrada pelas trincas existentes pode ocasionar também o efeito de bombeamento e perda de finos da mistura de BGS causando a desestruturação do material.

Durante a inspeção da camada de sub-base da pista de taxiamento, que também está exposta a ação das intempéries, foram verificadas deformações formadas por trilhas de roda, somente com o fluxo de veículos leves.

Referente ao material de solos lançado na Sub-Base nos lados norte e sul da pista de taxiamento, foram constatados valores satisfatórios nos ensaios de caracterização ISC/CBR, Expansão, LL, LP E Granulometria, sendo necessário apenas um retrabalho do material no trecho para sua reutilização.

O levantamento topográfico realizado na pista de pouso e decolagem constatou que a inclinação da pista não está em concordância com a inclinação de projeto e verificou a existência de pequenas “ondulações” nas seções do pavimento.

Todas as patologias citadas encontram-se ilustradas no Relatório Fotográfico deste relatório.

Posteriormente, os autos retornaram à Secex-Obras para análise. Porém, em análise aos documentos juntados aos autos, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura constatou que as incertezas que haviam sido levantadas por ocasião da inspeção *in loco* realizada em 16.03.2017, não haviam sido esclarecidas pela SINFRA, fato esse que ainda não possibilitava à equipe técnica elaborar a minuta do TAG.

## 2.1. Da inspeção *in loco*

Assim sendo, em 04.04.2018, foi realizada outra inspeção *in loco*. Nesta ocasião a equipe técnica da Secex Obras e Infraestrutura foi acompanhada por representantes da Supervisora Consórcio LBR - ESTEIO e da Empresa RTA Engenheiros, Consultores – Gerenciadora, bem como da engenheira da SINFRA, Sra. Paula Janayna Fenerich.

Durante a inspeção física realizada em 04.04.2018, foram constatadas algumas impropriedades (falhas construtivas) perceptíveis a olho nu. Segue abaixo algumas constatações realizadas por ocasião da inspeção física realizada em 04.04.2018.

### 2.1.1. Cercas de Alambrado

O único serviço executado após as inspeções já realizadas foi a colocação do alambrado referente ao item 6.3 – “Cerca de Alambrado”. Todavia, devido à má execução dos serviços e à presença de patologias, a Administração do Aeroporto realizou diversos reparos na cerca. Ressalta-se que em relação a esse serviço foi pago o valor de R\$ 1.255.910,68.







Coordenada Geográfica: 16°34'32.9" S 54°43'15.8" W



Coordenada Geográfica: 16°35'51.0" S 54°43'42.8" W

Evidente, portanto, a baixa qualidade dos serviços executados relacionados ao item 6.3 – “Cerca de Alambrado”.

### 2.1.2. Prolongamento da Pista de Pouso

Em relação ao prolongamento (460m x 45m) da pista de pouso, a situação permanece inalterada, ou seja, não foi realizado nenhum serviço além daqueles já executados relacionados à sub-base, base e imprimação, bem como uma pequena parte de CBUQ. Segue abaixo o local onde esses serviços foram executados:



Coordenada Geográfica: 16°34'39.5" S 54°43'29.1" W - 16°34'24.3" S 54°43'28.8" W







Ressalta-se que o representante da atual Empresa Supervisora, Consórcio LBR – ESTEIO, Sr. Eder Leite de Brito, informou à equipe técnica do TCE-MT que recentemente foram realizados testes nesse trecho (prolongamento da pista), vindo a constatar **que serviços não atendem as especificações técnicas da ANAC, e, portanto, deverão ser reexecutados.**

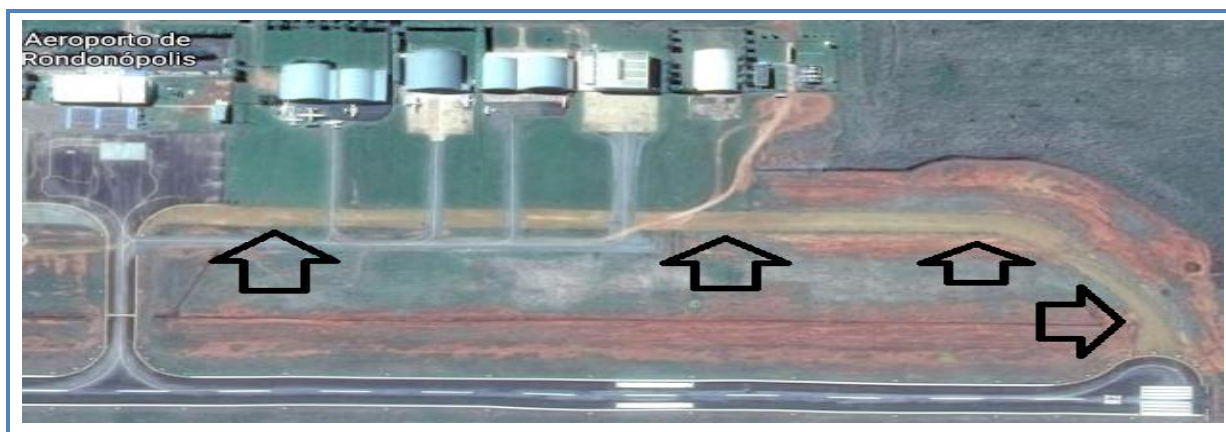
### 2.1.3. Pista de taxi paralela à pista de pouso

Em relação à pista de taxiamento, cabe expor que foram previstos dois trechos conforme a figura abaixo:



### 2.1.4. Pista de taxi – Trecho 1

Abaixo o Trecho 1 da pista de Taxi:





Segue abaixo a situação da pista de taxi - Trecho 1 em 04.04.2018:



### 2.1.5. Pista de taxi – Trecho 2

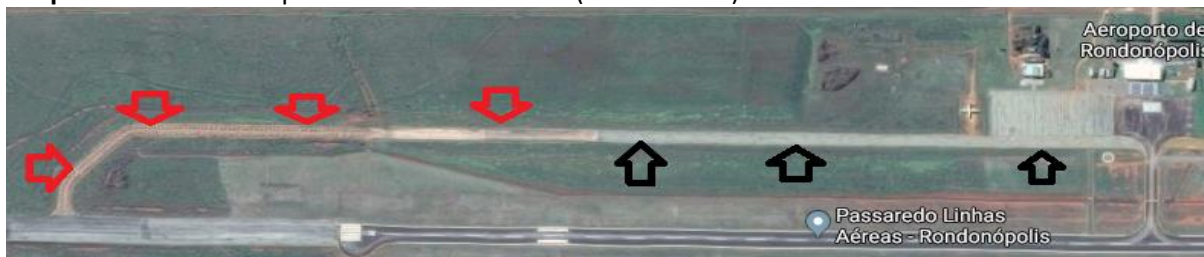
Abaixo o Trecho 2 da pista de Taxi:



Segue abaixo a situação da pista de taxi - Trecho 2 em 04.04.2018:

**Em vermelho:** Trecho com material lançado na pista;

**Em preto:** Pista de taxi parcialmente executada (752m x 19m)



Trecho com material lançado na pista



Pista de taxi parcialmente executada (752m x 19m)







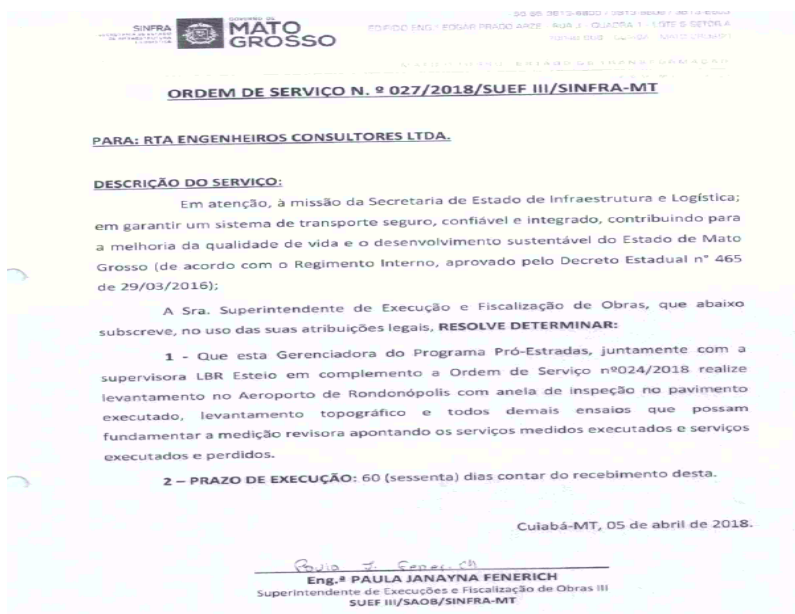
### 2.1.6. Pátio de aeronaves

Em relação ao novo pátio de aeronaves (180m x 75m), a situação permanece inalterada, ou seja, houve a execução parcial dos serviços haja vista ter sido executada apenas 01 (uma) camada de CBUQ. Segue abaixo o local onde esses serviços foram executados:



Nesta nova inspeção, além das irregularidades apontadas no relatório preliminar, constatou-se indícios de novas irregularidades, bem como a possibilidade do aumento do valor do dano ao erário estadual. Entretanto, este estudo ficou sob responsabilidade dos Técnicos da SINFRA e da Supervisora LBR Esteio.

Conforme consta nos autos (Doc. 173153/2018 – fl. 19/66 - Control-P) em 05.04.2018, a SINFRA emitiu a Ordem de Serviço nº 027/2018/SUEF III/SINFRA-MT, para que a Gerenciadora do Programa Pró-Estradas, juntamente com a Supervisora Consórcio LBR Esteio, realizassem levantamento no aeroporto de Rondonópolis-MT, executando serviços topográficos e todos demais ensaios que pudessem fundamentar a medição revisora apontando os serviços medidos executados e serviços executados e perdidos.





Em 09.05.2018, antes da conclusão dos levantamentos constantes na Ordem de Serviços nº 027/2018/SUEF III/SINFRA-MT, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas emitiu novo relatório técnico (Doc. 84059/2018 – Control-P, apresentando ao Conselheiro Relator a sugestão para que fosse analisado a conveniência ou não, da formalização da proposta do TAG proposto pelo Secretário da SINFRA, em 11.11.2016 e determinado por meio do Acórdão nº 673/2016, tendo em vista que:

- i. novos fatos que surgiram entre a prolação do Acórdão nº 673/2016 e o retorno dos autos à SECEX de Obras e Serviços de Engenharia;
- ii. a ocorrência de preclusão temporal para formalização do TAG estabelecido no artigo §4º do art. 238-E do Regimento Interno desta Corte de Contas em decorrência da ausência de informações para elaboração da minuta de TAG; e,
- iii. a vedação expressa prevista no inciso I, do § 4º, do artigo 238-B, do Regimento Interno do TCE/MT.

Em 08.08.2018, o Exmo. Conselheiro Relator por médio de Decisão Monocrática determinou que fosse oficiado o Secretário de Estado da SINFRA, para que, de forma objetiva, respondesse os questionamentos elaborado no Relatório Técnico (Doc. 142461/2017 – fls. 8 e 9 – Control-P).

## **2.2. Do relatório técnico emitido pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio<sup>6</sup> em MAIO de 2018.**

Em 31.08.2018, o ex-Secretário de Estado da SINFRA, Sr. Marcelo Duarte Monteiro, através do Ofício nº 1204/2018/GS/SINFRA, encaminhou o **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718** relativo ao mês de MAIO/2018, emitido pelo Consórcio Esteio, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 027/2018/SUEF III/SINFRA-MT. O **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718** contém 152 páginas (Doc. 173153/2018 - fls. 21 a 66, Doc. 173154/2018 e 173155/2018 – Control-P), sendo que as sete primeiras foram destinadas ao relatório técnico e as demais, estão relacionadas aos levantamento em campo e exames laboratoriais.

---

<sup>6</sup> **Supervisora Consórcio LBR – Esteio:** Contratada em 26.12.2016, por meio do Instrumento Contratual nº 069/2016/00/00 – SINFRA, cujo objeto é a supervisão de obras na malha viária e aeródromos do Estado de Mato Grosso.





**Consórcio** LBR Engenharia e Consultoria Ltda. ESTEIO

**I. RELATÓRIO TÉCNICO Nº RTS5MT165718 – MAIO/2018**

**OBRA:** AEROPORTO MAESTRO MARINHO FRANCO

**MUNICÍPIO:** RONDONÓPOLIS/MT

**LOCALIZAÇÃO:** 16°35'19"S 54°43'16"W

**EXECUÇÃO:** ENSERCON ENGENHARIA LTDA.

**FIGURA 1: CARTOGRAMA REGIÃO 9 DE EXECUÇÃO**

**II. APRESENTAÇÃO**

A Supervisora Consórcio LBR – Esteio, Supervisora responsável pelo Lote 5 de Supervisão, em cumprimento ao ofício OFIMT44468618, vem através deste apresentar o resultado dos ensaios para fundamentação da Medição revisora do CBUQ aplicado na obra do **Aeroporto Maestro Marinho Franco no Município de Rondonópolis/MT**.

Cuiabá, 23 de Maio de 2018.

  
Eng. Eder Leite de Brito  
Consórcio LBR-Esteio  
CNPJ 26.853.971/0001-78

Pelas informações que constam no **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718**, o Consórcio LBR – Esteio informou que foram realizadas análises nos materiais de base e sub-base empregados na ampliação do pátio de aeronaves do Aeroporto Maestro Marinho Franco. Pelos ensaios ISC/CBR realizados, restou demonstrados que os materiais utilizados são apropriados para o emprego na base e sub-base. Porém, a espessura de 17 cm para a camada de base e 11 cm para a camada de sub-base são abaixo do necessário, que deveriam ser de 20 cm, conforme projeto básico.

Outro problema constatado na execução da base e sub-base foi em relação ao grau de compactação. De acordo com as análises foram encontrados **41,96%** para a base e **58,58%** para a sub-base. Ou seja, esses percentuais são totalmente inadequados para o emprego, pois deveriam ter grau de compactação de 100% para o Proctor Modificado.

Já em relação aos ensaios de laboratórios realizados para a brita graduada simples e material empregado na base da pista de pouso e decolagem, os valores de ensaios ISC/CBR e de Abrasão Los Angeles foram satisfatórios. Porém, o material não enquadrrou em nenhuma faixa granulométrica especificada na Norma DIRENG de BGS.







A análise laboratorial realizada no material CBUQ empregado no pátio de aeronaves, constatou-se que possui características de camada intermediária, sendo necessário a execução de uma outra camada superior com granulometria mais fechada.

Ainda em relação ao CBUQ, como camada intermediária, utilizado no pátio de aeronaves, o índice de vazios encontrados foi de 23,74%, é muito superior ao limite estabelecido na Norma DNIT 031/2004-ES, que é de 7%. Quanto à resistência à tração, o CBUQ utilizado possui baixa resistência. Foi encontrado uma resistência à tração de 1,213 kgf/cm<sup>2</sup>, sendo que a norma exige uma resistência entre 5 a 7 kgf/cm<sup>2</sup>.

Quanto ao CBUQ empregado na ampliação da pista de pouso e decolagem, o mesmo apresentou índices de vazios de 21,19% e resistência a tração de 4,69 kgf/cm<sup>2</sup>, ou seja, também estão fora dos padrões exigidos.

No **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718**, o Consórcio LBR – Esteio informa que as quantidades de base, sub-base e CBUQ foram pedidos além do que efetivamente foi executado, tanto em relação ao material de solo, nas camadas de base e sub-base quanto a quantidade de CBUQ, impactando diretamente nesses itens e em seus respectivos transportes. Diante dessas impropriedades, o Consórcio LBR – Esteio chegou à seguinte conclusão, conforme demonstrado no quadro ao lado:

**II. PROPOSTA DE MEDIÇÃO**

Em relação à Medição Revisora do Aeroporto maestro Marinho rancho, considerando:

- A base de BGS do prolongamento da pista executada com granulometria não enquadrada na Norma DIRENG;
- Base e sub-base do pátio de aeronaves com espessuras e compactação insuficientes;
- CBUQ executado com índices de vazios superiores ao exigidos e resistência à tração inferior ao necessário.

Esta Supervisora entende que deve ser estornado todos os valores referentes às camadas de sub-base, base e revestimento de CBUQ do pátio de aeronaves, com seus respectivos insumos e transportes, assim como estornados todos os valores da camada de base, imprimação, pintura de ligação e revestimento em CBUQ executados no prolongamento da pista de pouso e decolagem. Segue a Planilha de Medição Proposta por esta Supervisora.





**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**  
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632  
e-mail: [engenharia@tce.mt.gov.br](mailto:engenharia@tce.mt.gov.br)

No item VII do **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718** elaborado pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio, consta a ficha CONTROLE FINANCEIRO elaborada pelo Sr. Paulo Roberto Machado Gomes – Engenheiro da SINFRA (Doc. 173153/2018 – fl. 29/66 – Control-P) pelo qual chegou à conclusão de um dano ao erário estadual no valor de **R\$ 7.190.592,03 (sete milhões, cento e noventa mil, quinhentos e noventa e dois reais e três centavos)**, conforme demonstrado pelo quadro que segue:

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRÁ

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE TRANSPORTES

CONTROLE FINANCEIRO

CONTRATO 022/2013		FIRMA ENSERCON ENGENHARIA LTDA				VALOR CONTRATUAL 20.892.913,14		ADITAMENTO 10.290.870,71		TOTAL 31.183.783,85	
		PRAZO OBRA: 720 DIAS ADITIVO PRAZO OBRA:				SERVIÇO		FISCAL		O. I. SERVIÇO 13 DE MAIO DE 2013	
Nº DO PROCESSO	DOC. REFERENCIA	PERÍODO DA MEDIÇÃO		PRAZO DAS CORRIDOS		MEDIÇÕES PJ		MEDIÇÕES REAJUST.		TOTAL MEDIÇÃO	ACUMULADO GERAL
						PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO		
				720							
	1ª Medição	13/05/2013	A	31/05/2013	19	701	1.415.417,21	1.415.417,21	68.952,55	68.952,55	1.484.369,76
	2ª Medição	1/06/2013	A	30/06/2013	30	671	1.595.457,27	3.010.874,48	72.182,89	141.135,24	1.667.639,96
	3ª Medição	01/07/13	A	31/07/13	31	640	2.008.099,70	5.018.974,18	90.829,76	231.965,00	2.098.929,46
	4ª Medição	1/08/2013	A	31/08/2013	31	609	3.600.224,34	8.619.198,52	87.482,76	319.447,76	3.687.707,10
	5ª Medição	01/05/14	A	31/05/14	31	578	1.992.974,90	10.612.173,42	146.584,90	466.032,66	2.139.569,80
	6ª Medição	01/06/14	A	30/06/14	30	548	995.620,19	11.607.793,61	60.701,37	526.734,03	1.056.321,56
	7ª Medição	01/07/14	A	31/07/14	31	517	(3.912.073,32)	7.695.720,29	-	-	7.695.720,29
	8ª Medição	01/08/14	A	31/08/14	31	486	-	7.695.720,29	0,00	-	7.695.720,29
	9ª Medição	01/09/14	A	30/09/14	30	456	-	7.695.720,29	0,00	-	7.695.720,29
	10ª Medição	06/08/15	A	31/08/15	30	426	(234.697,96)	7.461.022,33	-	-	7.461.022,33
	11ª Medição	01/05/18	A	31/05/18	30	396	(3.043.820,75)	4.417.201,58	-	-	4.417.201,58
					324	396					

VALOR DO DANO POR SERVIÇOS NÃO  
EXECUTADOS OU EXECUTADOS EM  
DESACORDO COMO PROJETO E NORMA  
TÉCNICA - R\$ 7.190.592,03

VALOR TOTAL RECEBIDO  
PELA EMPRESA

DIREITO DA EMPRESA

Local e data: Cuiabá, 01 de setembro de 2015.

Engº Paulo Roberto Machado Gomes  
Fiscal Part. Nº 087 / 2.035

Doc. 173153/2018 – fl. 29/66 – Control-P

Pelo quadro, o direito da empresa ENSERCON pelos serviços prestados seria no valor de **R\$ 4.417.201,58**.

Com base nas informações constantes nos autos, em 19.12.2018, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte elaborou uma Planilha dos serviços executados e devidos à empresa contratada, bem como o valor do dano causado ao erário estadual. Conforme demonstrado pelo quadro que segue, chegou-se à conclusão que o dano causado ao erário estadual foi no valor de **R\$ 7.248.057,60 (sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cinquenta e sete reais e sessenta centavos):**





**“PLANILHA A”** (Doc. nº 253921/2018 - Control-P).

Valor dos serviços efetivamente executados em conformidade com os padrões técnicos aceitáveis	R\$ 4.359.736,01
Valor medido e pago à ENSERCON Engenharia Ltda	R\$ 11.607.793,61
Montante do Dano ao Erário decorrente de: i) Inexecução de serviços; ii) Pagamento de serviços em desconformidade com os padrões técnicos aceitáveis.	- R\$ 7.248.057,60

A planilha completa demonstrando como se chegou ao valor de **R\$ 7.248.057,60** consta nestes autos no Doc. 253921/2018 – Control-P.

Entre o valor do dano apurado no **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718** elaborado pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio (**R\$ 7.190.592,03**) e o valor do dano apurado pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura (**R\$ 7.248.057,60**) há uma diferença de **R\$ 57.465,57**. Entretanto, adotando o Princípio da Prudência, o valor a ser considerado nesta Tomada de Contas Ordinária, como efetivo dano ao erário estadual a ser ressarcido pela empresa ENSERCON Engenharia Ltda, será o valor apurado pela SINFRA/Supervisora Consórcio LBR – Esteio que é de **R\$ 7.190.592,03**.

**Assim sendo, diante da materialização do dano ao erário e considerando a previsão do Art. 149-4 e 89, III do Regimento Interno, foi sugerido ao Exmo. Conselheiro Relator a conversão da RNI - Representação de Natureza Interna em Processo de Tomada de Contas Ordinária.**

Em 14.05.2019, através do Acórdão nº 233/2019 – TP o Pleno desta Corte de Contas determinou a conversão da RNI em Tomada de Contas Ordinária, conforme dispõe o artigo 149-A da Resolução nº 14/2007, para apurar possível prejuízo ao erário na execução do Contrato nº 022/2013, firmado entre a SETPU e a empresa ENSERCON Engenharia Ltda. Além dessa determinação, o Acórdão nº 233/2019 – TP também determinou a desconstituição da determinação contida no item 3 do Acórdão nº 673/2016-TP, quanto a elaboração da minuta do Termo de Ajustamento de Gestão.





### III. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 022/2013

#### 3.1. Da Ordem de Serviço e Ordens de Paralisação dos serviços

O Contrato n° 022/2013 foi assinado em 14.03.2013. O valor inicial do Contrato foi fixado em **R\$ 20.892.913,14**.

Para execução do objeto do Contrato n° 022/2013, a SINFRA e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC firmaram o Termo de Cooperação n° 122/2016, pela qual a SEDEC se comprometeu a repassar SINFRA o valor de **R\$ 8.758.385,50**.

O Prazo de vigência do Contrato n° 022/2013 foi fixado em 810 dias. Já o prazo para execução do objeto contratado foi fixado em 720 dias consecutivos contadas a partir da expedição da Ordem de Serviço.

A Ordem de Serviço foi emitida em 13.05.2013 pelo Superintendente de Obras de Transportes, Sr. Tércio Lacerda de Almeida.

Em 30.08.2013, o Contrato sofreu a primeira paralisação, por meio do documento SUOT/OP/N° 034/2013, assinado pelo Superintendente de Obras de Transportes, Sr. Tércio Lacerda de Almeida.

Em 01.05.2014, por meio do SUOT/OR/N° 090/2014, assinado pelo Superintendente de Obras de Transportes, Sr. Tércio Lacerda de Almeida, autorizou o reinício das obras.

Em 30.09.2014, o Contrato sofreu a segunda paralisação, por meio do documento SUOT/OP/N° 017/201, assinado pelo Superintendente de Obras de Transportes, Sr. Tércio Lacerda de Almeida.





Em 06.08.2015, por meio do SUOB/OR/Nº 056/2015, assinado pelo Superintendente de Obras de Transportes, Sr. José Carlos Ferreira da Silva, foi autorizado o reinício das obras.

	Período da obra em execução
	Período da obra paralisada
	Inspeção realizada em 16.06.2017 (obra abandonada)

				Maio/13 1ª medição	Jun/13 2ª medição	Jul/13 3ª medição	Ago/13 4ª medição	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Maio/14 5ª medição	Jun/14 6ª medição	Jul/14 7ª medição	Ago/14 8ª medição	Set/14 9ª medição	Out/14	Nov/14	Dez/14
Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Maio/15	Jun/15	Jul/15	Ago/15 10ª medição	Set/15	Out/15	Nov/15	Dez/15
Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Maio/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16	Dez/16
Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Maio/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17

Não se tem informações nos autos dos processos disponibilizados pela SINFRA, nem no Geo-Obras-TCE/MT, em relação ao que aconteceu no canteiro de obra, a partir de setembro/2015.

Em 15.03.2017, quando a equipe de auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas esteve no canteiro de obra, constatou-se que a obra estava paralisada. Pelas características dos materiais de jazidas depositados na pista de taxiamiento, havia indícios que a obra já estava paralisada há muito tempo.



Essa mesma situação de abandono, também foi constatada na cabeceira da pista, onde foram executados serviços de imprimação:







### 3.2. Dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra objeto do Contrato nº 022/2013.

Durante o período em que a empresa executou serviços por conta do Contrato nº 022/2013, a SINFRA designou três servidores como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra de ampliação e pavimentação do Aeroporto Maestro Marinho Franco, conforme demonstrado pelas Portarias nº 197/2013, nº 273/2014 e nº 87/2015:

 ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA - SETPU		
<b>PORTARIA / SETPU</b> O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA, no uso de suas atribuições legais ,		<b>Número : 197/2.013</b> <b>Folha : 01 De : 01</b> <b>Entrada em vigor: 20/05/13</b> <b>Sigilo: NÃO</b>
<b>RESOLVE :</b>		
<p><b>DESIGNAR</b>, o servidor Engenheiro <b>ESMERALDO TEODORO DE MELLO</b>, para Supervisionar e Fiscalizar a <b>Execução dos Serviços de Ampliação e Pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT</b>, de conformidade com o Instrumento Contratual Nº 022/2.013/00/00-ASJU, celebrado com a Firma: <b>ENSERCON ENGENHARIA LTDA</b>, efetuando medição dos serviços realizados e no final da obra firmar o Termo de Recebimento Provisório, conforme prevê a alínea " a " , do artigo 73 , da Lei nº 8.666/93.</p>		
<b>Retroagir para o dia: 12 / 04 / 2013</b>		
<b>CUMPRASE</b> SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA, em Cuiabá-MT, 20 de maio de 2.013.		
<b>DATA: 20 / 05 / 13</b>	<b>ASSINATURA:</b>	<b>Deu-se cumprimento a presente portaria</b> Em / /
<b>DISTRIBUIÇÃO:</b>	<b>CARIMBO:</b>	
	<b>VISTO:</b>	

 Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977		CREA-MT	ART de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO <b>1711891</b> Motivo: NORMAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT		ART Individual/Principal	
<b>1. Responsável Técnico</b> <b>ESMERALDO TEODORO DE MELLO</b> Título Profissional: " Engenheiro Civil		RNP: 1201619041 Registro: MT01194/D Registro: 0	
<b>2. Dados do Contrato</b> Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA Endereço: RUA EDIFÍCIO EDGAR PRADO ARZE Cidade: CUIABÁ UF: MT Valor: 1.000,00		CPF/CNPJ: 04603791000176 Nº Bairro: CENTRO POLÍTICO ADMIN Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO Honorários: 1.000,00	
<b>3. Dados da Obra/Serviço</b> Proprietário: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA Endereço: AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO RONDONÓPOLIS, Cidade: RONDONÓPOLIS UF: MT Data de Início: 20/05/2013 Previsão de término: 20/05/2015 Custo da Obra: 0,00 Dimensão: 2.267,00		CPF/CNPJ: 04603791000176 Nº Bairro: 76740100 CEP: 76740100	
<b>4. Atividade Técnica</b> 1. Fiscalização FISCAMP/PAV/AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS		2.267,00 M	
<b>5. Observações</b> Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART. Para inclusão da ART no Ato Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.			
<b>6. Declarações</b> Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.			
<b>7. Entidade de classe</b> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS DE MATO GROSSO - ABENC-MT			
<b>8. Assinaturas</b> eclaro serem verdadeiras as informações acima Local _____ de _____ Data _____ de _____ ESMERALDO TEODORO DE MELLO		<b>9. Informações</b> - A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA. - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="http://www.crea-mt.org.br">www.crea-mt.org.br</a> - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA		www.crea-mt.org.br e <a href="mailto:atendimento@crea-mt.org.br">atendimento@crea-mt.org.br</a> tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000	
Valor ART R\$60,00		Pagamento em / / Valor pago: R\$60,00	
		Nosso Número: 24/181000001711891-3	

De 12.04.2013 a 01.05.2014





O sr. Esmeraldo Teodoro de Mello, engenheiro civil, foi o responsável pela elaboração da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª medição.

ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA - SETPU	
<b>PORTARIA / SETPU</b> O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA, no uso de suas atribuições legais,	<b>Número : 273/2.014</b> <b>Folha : 01 De : 01</b> <b>Entrada em vigor: 21/05/14</b> <b>Sigilo: NÃO</b>
<b>RESOLVE :</b>  <b>SUBSTITUIR</b> o Engenheiro <b>ESMERALDO TEODORO DE MELLO (fiscal)</b> , da Comissão instituída pela <b>PORTARIA Nº 197/2.013</b> , assinada em 20/05/13 pelo Engenheiro <b>PEDRO MAURÍCIO MAZZARO (fiscal)</b> o qual foi designado com a finalidade de Supervisionar, Fiscalizar e Efetuar Medições e Recebimentos para <b>Execução dos Serviços de Ampliação e Pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT</b> , de conformidade com o Instrumento Contratual nº 022/2.013/00/00-ASJU, celebrado com a <b>FIRMA: ENSERCON ENGENHARIA LTDA.</b>  <b>Retroagir para o dia: 02/05/14.</b>  <b>CUMPRE-SE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E</b> <b>PAVIMENTAÇÃO URBANA, em Cuiabá-MT, 21 de maio de 2014.</b>	
<b>DATA: 21 / 05 / 14</b>	<b>ASSINATURA:</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO:</b>	<b>DEU-SE CUMPRIMENTO A PRESENTE PORTARIA</b>
<b>VISTO:</b>	<b>Em / /</b>

**De 02.05.2014 a 05.08.2015**

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977	
<b>CREA-MT</b>	<b>ART de CARGO E FUNÇÃO</b> <b>1792500</b> Motivo: NORMAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT	
1. Responsável Técnico Título Profissional: * Engenheiro Civil RNP: 2607675286 Registro: SP00093152 Emprego: 0	
2. Dados do Contrato Contratante: SEC. DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA-SETPU CPF/CNPJ: 03507415/0022-79 Endereço: RUA J. QUADRA 01, LOTE 05, SETOR A, S/Nº, EDIF. ENG. EDGAR PRADO ARZE Cidade: CUIABÁ UF: MT CEP: 78049006 Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO Valor: 0,00 Honorários: 3.868,19	
3. Dados da Obra/Serviço Proprietário: SEC. DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA-SETPU CPF/CNPJ: 03507415/0022-79 Endereço: RUA J. QUADRA 01, LOTE 05, SETOR A, S/Nº, EDIF. ENG. EDGAR PRADO ARZE Cidade: CUIABÁ UF: MT CEP: 78049006 Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO Data de Início: 07/11/2013 Previsão de Término: / / Custo da Obra: 0,00 Dimensão: 0,00	
4. Atividade Técnica 1. Cargo e Função: RESPONSÁVEL TÉCNICO DA PJ DENTRO DAS ATRIBUIÇÕES 2. Cargo e Função: DATA DA CONTRATAÇÃO: 10/06/2013 3. Observações: Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART. Para inclusão da ART no Ato Técnico, é necessário que seja entregue ao CREA-MT uma via original assinada da mesma.	
5. Declarações Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.	
6. Assinaturas Associação Brasileira de Engenheiros Civis de Mato Grosso - ABREC-MT Declaro serem verdadeiras as informações acima: Local: _____ Data: _____ Assinatura: PEDRO MAURÍCIO MAZZARO SEC. DE ESTADO DE TRANSP. E PAV. URBANA-SETPU Valor ART: R\$80,00 Página em 10/12/2013 Valor pago: R\$80,00	
7. Informações A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do CREA. A autenticação deste documento pode ser verificada no site <a href="http://www.crea-mt.org.br">www.crea-mt.org.br</a> A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual. www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000 CREA-MT Nossa Número: 24/181000011792500.5	

O sr. Pedro Maurício Mazzaro, engenheiro civil, foi o responsável pela elaboração da 5ª e 6ª medição.

PORTARIA / SINFRÁ O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENGENHARIA, no uso de suas atribuições legais,	
<b>Número : 087/2.015</b> <b>Folha : 01 De : 01</b> <b>Entrada em vigor: 06/08/15</b> <b>Sigilo: NÃO</b>	
<b>RESOLVE :</b>  <b>1 - DESIGNAR</b> , o servidor Engenheiro <b>PAULO ROBERTO MACHADO GOMES</b> para Supervisionar e Fiscalizar a <b>Execução dos Serviços de Ampliação e Pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT</b> , de conformidade com o Instrumento Contratual nº 022/2.013/00/00-ASJU, celebrado com a Firma: <b>ENSERCON ENGENHARIA LTDA.</b> , efetuando medição dos serviços realizados e no final da obra firmar o Termo de Recebimento Provisório, conforme prevê a alínea "a", do artigo 73, da Lei nº 8.666/93. <b>2 - DESIGNAR</b> a comissão composta pelos seguintes engenheiros: Pedro Maurício Mazzaro (Fiscal) Fabricio Souza Jurado Molina e Keico Isaura Yamamura Bueno (Membros), com a finalidade de vistoriar e dar recebimento nas Obras de acordo com a lei nº 8.666/93 e alterações. <b>3 - Vigência:</b> Esta portaria tem vigência pelo prazo de 360 dias consecutivos conforme orientação nº 0007/2.015 da Controladoria Geral do Estado - CGE/MT. Esta portaria revoga a de nº 273/13.	
<b>CUMPRE-SE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E</b> <b>LOGÍSTICA - SINFRÁ, em Cuiabá-MT, 06 de agosto de 2.015.</b>	
<b>DATA: 06 / 08 / 15</b>	<b>ASSINATURA:</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO:</b>	<b>DEU-SE CUMPRIMENTO A PRESENTE PORTARIA</b>
<b>VISTO:</b>	<b>Em / /</b>

**De 06.08.2015 a 01.05.2014**

**Não foi localizado à ART correspondente à Portaria nº 087/2015.**







O sr. Paulo Roberto Machado Gomes, engenheiro civil, elaborou a 11ª planilha de medição que consta o item “cerca de alambrado”, no valor de R\$ 1.364.560,08, bem como a 10ª medição de ajuste que redundou em um valor negativo de **R\$ 234.697,96**.

### **3.4. Das medições dos serviços objeto do Contrato nº 022/2013**

Em 12.09.2014, por ocasião da elaboração do Doc. nº 162701/2014 – Control-P (Primeiro Relatório Técnico Secex-Obras), a equipe da Secex-Obras propôs a suspensão da execução do IC nº 022/2013 até que fossem sanadas as irregularidades constatadas à época.

Naquela ocasião, ainda não se falava em danos ao erário. O que se havia constatado era a ocorrência de sobrepreços durante a elaboração da planilha orçamentária e, serviços medidos sem que houvesse a contraprestação dos serviços.

Entretanto, em decorrência do avanço do financeiro, mesmo decorrendo um certo lapso temporal, a empresa contratada não conseguiu avançar com os serviços, de forma a compensar aquilo que já tinha recebido, sem a contraprestação dos serviços.

Com o decorrer do tempo, as irregularidades relacionadas à “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT” não foram efetivamente sanadas. Dessa forma, a execução da obra objeto do IC nº 022/2013 não foi retomada.

Diante da complexidade dos autos, e da existência de novos fatos, fez-se necessário a realização de nova análise sob a perspectiva da atual situação do IC nº 022/2013 celebrado entre a SETPU (atual SINFRA) e a Empresa ENSERCON Engenharia Ltda.

Conforme já relatado, por ocasião da elaboração do Primeiro Relatório Técnico (Doc. nº 162701/2014 - 12.09.2014), a equipe da Secex-Obras havia identificado a existência de 6 (seis) medições que totalizavam o montante de R\$ 11.607.793,61 (onze milhões, seiscentos e sete mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), valor este EFETIVAMENTE PAGO à contratada, conforme exposto a seguir:





Medição	Valor	Data do Pgto.	Fiscal Responsável pela medição.	Medição Acumulada
1ª	R\$ 1.415.417,21	10/09/2013	Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello – Port. nº 197/2013 – SETPU	R\$ 1.415.417,21
2ª	R\$ 1.595.457,27	10/09/2013	Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello – Port. nº 197/2013 – SETPU	R\$ 3.010.874,48
3ª	R\$ 2.008.099,70	10/09/2013	Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello – Port. nº 197/2013 – SETPU	R\$ 5.018.974,18
4ª	R\$ 3.600.224,34	20/09/2013	Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello – Port. nº 197/2013 – SETPU	R\$ 8.619.198,52
5ª	R\$ 1.992.974,90	25/06/2014	Sr. Pedro Maurício Mazzaro – Port. nº 273/2014 - SETPU	R\$ 10.612.173,42
6ª	R\$ 995.620,19	21/08/2014	Sr. Pedro Maurício Mazzaro – Port. nº 273/2014 - SETPU	R\$ 11.607.793,61

Após a fiscalização da equipe técnica da Secex de Obras e Infraestrutura do TCE/MT, em 14.10.2014, o Sr. Pedro Maurício Mazzaro (Engenheiro Fiscal – Portaria nº 273/2014-SETPU) elaborou a 7ª planilha de medição que denominou de “**Medição Revisora**”. De acordo com o engenheiro, nessa planilha foi apurado o valor negativo de **R\$ - 3.912.073,32** (três milhões, novecentos e doze mil, setenta e três reais e trinta e dois centavos a restituir), conforme fls. 39-45 do Doc. nº 190976-2014 – Control-P:

Medição	Valor	Data do Pgto.	Fiscal Responsável pela medição.	Med. Acum.
7ª	<b>R\$ -3.912.073,32</b>	-	Sr. Pedro Maurício Mazzaro – Port. nº 273/2014 - SETPU	R\$ 7.695.720,29

Para se chegar ao valor de – R\$ 3.912.073,32, o engenheiro elaborou a planilha deduzindo valores de itens relativos à serviços não executados e pagos em medições anteriores.

Nessa 7ª planilha de medição o Sr. Pedro Maurício Mazzaro mediu negativo os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR MEDIDO E PAGO INDEVIDAMENTE – R\$
3.0	Pavimentação	2.306.354,70
4.0	Drenagem	30.149,52
6.0	Obras complementares e equipamentos	1.575.567,53
<b>Total de serviços pagos e não executados</b>		<b>3.912.071,75</b>

Assim, com a elaboração da 7ª planilha de medição o valor devido à empresa ENSERCON Engenharia Ltda seria de **R\$ 7.695.720,29**. Ou seja, naquela ocasião, já havia materializado um dano ao erário no valor de **R\$ 3.912.073,32**, considerando que até aquela



data, além da obra estar paralisada por abandono, a empresa contratada já havia recebido do erário estadual a importância de **R\$ 11.607.793.61**.

[illegible]

Na 8ª medição, datada de 14.10.2014, a planilha apresentou saldo zerado. Como a obra estava paralisada por abandono, para chegar ao valor zero, o engenheiro Sr. Pedro Maurício Mazzaro realizou medição de reajuste das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª medições, que totalizou o valor de **R\$ 348.837,15**. Assim, possibilitou que fosse medido negativo a importância de **R\$ 348.837,15**, relativo a serviços pagos e não executados pela empresa contratada.





ESTADO DE MATO GROSSO										CONTROLE FINANCEIRO	
SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRASUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE TRANSPORTES											
CONTRATO 022/2013		FIRMA ENSERCON ENGENHARIA LTDA				VALOR CONTRATUAL 20.892.913,14		ADITAMENTO -		TOTAL 20.892.913,14	
		PRAZO OBRA: 720 DIAS ADITIVO PRAZO OBRA:				SERVIÇO		FISCAL		O. I. SERVIÇO 3 DE MAIO DE 2013 SALDO P. INICIAIS	
Nº DO PROCESSO	DOC. REFERENCIA	PERÍODO DA MEDIÇÃO		PRAZO DIAS CORRIDOS		MEDIÇÕES P.I		MEDIÇÕES REAJUST.		TOTAL MEDIÇÃO	ACUMULADO GERAL
				720	PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO			
1ª Medição	13/05/2013	A	31/05/2013	19	701	1.415.417,21	-	-	-	1.415.417,21	19.477.495,93
2ª Medição	1/06/2013	A	30/06/2013	30	671	1.595.457,27	-	-	-	1.595.457,27	17.882.038,66
3ª Medição	01/07/13	A	31/07/13	31	640	2.008.099,70	-	-	-	2.008.099,70	15.873.938,96
4ª Medição	1/08/2013	A	31/08/2013	31	609	3.600.224,34	-	-	-	3.600.224,34	12.273.714,62
5ª Medição	01/05/14	A	31/05/14	31	578	1.992.974,90	-	-	-	1.992.974,90	10.612.173,42
6ª Medição	01/06/14	A	30/06/14	30	548	995.620,19	-	-	-	995.620,19	11.607.793,61
Reajust. 1ª med	14/05/2013	A	31/05/2013	0	548	-	68.952,55	68.952,55	68.952,55	11.676.746,16	9.285.119,53
Reajust. 2ª med	1/06/2013	A	30/06/2013	0	548	-	72.182,69	141.135,24	72.182,69	11.748.928,85	9.285.119,53
Reajust. 3ª med	01/07/13	A	31/07/13	0	548	-	90.829,76	231.965,00	90.829,76	11.839.758,61	9.285.119,53
Reajust. 4ª med	1/08/2013	A	31/08/2013	0	548	-	87.482,76	319.447,76	87.482,76	11.927.241,37	9.285.119,53
Reajust. 5ª med	01/05/14	A	31/05/14	0	548	-	146.584,90	466.032,66	146.584,90	12.073.826,27	9.285.119,53
Reajust. 6ª med	01/06/14	A	30/06/14	0	548	-	60.701,37	526.734,03	60.701,37	12.134.527,64	9.285.119,53
7ª Medição	01/07/14	A	31/07/14	30	518	(3.912.073,32)	7.695.720,29	-348.837,15	177.896,88	-4.260.910,47	7.873.617,17
8ª Medição	01/08/14	A	31/08/14	31	487	-	7.695.720,29	0,00	177.896,88	0,00	7.873.617,17
				233	487						

Local e data: Cuiabá,

Engº Pedro Maurício Mazzaro  
Fiscal Port. N° 273/2.014 - SETPU  
RNP 260767528-6

Este documento consta disponibilizado no Geo-Obras-TCE/MT

Nessa 8ª planilha de medição constata-se dois erros:

1º. o engenheiro ao elaborar o cálculo dos reajustes da 1ª à 6ª medição, levou em consideração os valores constantes nas referidas planilhas, entretanto, nessas planilhas constam calculados reajustes sobre serviços não executados no valor foi de **R\$ 3.912.073,32**. Assim sendo, esse valor não poderia ser considerado para o cálculo do reajuste; e,

2º. o engenheiro após os cálculos, mesmo tendo sobrado um saldo de R\$ 177.896,88 (R\$ 526.734,03 – R\$ 348.834,15 = R\$ 177.896,88), ele considerou a 8ª planilha de medição como zerada.

Posteriormente, em 01.10.2014, foi emitida a 9ª medição. Essa medição corresponde ao período de 14.05.2013 (data da OS) até o dia 30.09.2014 (data em que a obra foi paralisada - abandonada) sem execução de serviços, ou seja, com valor igual a zero (R\$ 0,00).

Com data de 01.09.2015, o Sr. Paulo Roberto Machado Gomes (Port. nº 087/2015) elaborou a 10ª Medição referente ao período de 06.08.2015 a 31.08.2015. Essa Planilha consta inserida no Sistema Geo-Obras-TCE/MT. Nessa planilha o engenheiro inseriu





medições no valor de **R\$ 2.353.134,54**. Com essa medição o valor do dano que era de **R\$ 3.912.073,32**, seria reduzido para o valor de **R\$ 1.558.938,78**.

Em 23.08.2016, o engenheiro Paulo Roberto Machado Gomes, por meio do processo nº 42471/2016, encaminhou a planilha da 10ª medição ao Sr. José Carlos Ferreira da Silva, de forma que computasse como serviços efetivamente executados, consequentemente haveria redução do dano ao erário.

<p>GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</p> <p>Protocolo n.: 421470/2016 Data: 23/08/2016 15:04 Governo do Estado de Mato Grosso SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA</p> <p>Interessado(a): ENSEBSON ENGENHARIA LTDA Assunto: MEDIÇÃO DE OBRAS Resumo: 10 (DECIMA) MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT</p> <p>Setor Origem: PROTOCOLO Setor Destino: SUCEO - SUP. DE CONTROLE DA EXECUÇÃO DE</p> <p>Volume: 1 de 1</p> <p>0000078 473706</p>	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRAS SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE TRANSPORTES</p> <p>Cuiabá, 01 de setembro de 2015.</p> <p>Ao Ilmo Sr. Eng.º José Carlos Ferreira da Silva M.D. Superintendente de Obras Nesta</p> <p>Sr. Superintendente</p> <p>Pelo presente expediente, encaminho-vos a 10ª (decima) <b>Medição</b> dos Serviços de Execução da obra de AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO - AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT, objeto do Instrumento Contratual Nº 022/2013/00/00-ASJU, no período 06/08/2015 a 31/08/2015.</p> <p>Valor da medição R\$ 2.353.134,54</p> <p>Atenciosamente</p> <p>Eng.º Paulo Roberto Machado Gomes Fiscal Port. Nº 087 / 2.015 CREA RNP 1205287159</p> <p><b>CANCELADO</b></p>
---	--

Doc. – Control - P

Entretanto, em 19.09.2016, o Secretário Adjunto de Obras /SAOB/SINFRA, Engenheiro Marcos Catalano Corrêa, por meio da Ordem de Serviço nº 125/2016/SAOB/SINFRA, determinou que a empresa **RTA Engenheiros Consultores**<sup>7</sup> fornecesse suporte técnico ao engenheiro fiscal para atualização da referida medição (10ª medição).

Em 23.09.2016, o engenheiro da RTA Engenheiros Consultores Ltda, Sr. Luís Flávio de Souza Prado, por meio do OFIMT4717546 encaminhou ao Secretário Adjunto de Obras /SAOB/SINFRA, Engenheiro Marcos Catalano Corrêa, a **Nota Técnica nº**

<sup>7</sup> **RTA Engenheiros Consultores:** Contratada em 28.06.2015, por meio do Contrato nº 018/2016/00/00/SINFRA, que tem como objeto a execução de serviços de gerenciamento em todas as etapas do Programa Proestradas, anteriormente denominada de MT Integrado.







**NTG0947171416.** De acordo com a referida Nota Técnica, constata-se que mais uma vez o engenheiro fiscal da SINFRA realizou medições de serviços não executados. Esta afirmativa resta demonstrada por parte da análise da RTA, conforme transcrito a seguir:

### ANÁLISE DA 10ª MEDIÇÃO PROVISÓRIA

Após conferência dos serviços efetivamente executados e análise das memórias de cálculo apresentadas juntamente com a 10ª Med. Provisória, foram constatadas diversas inconsistências.

A seguir são apresentadas as inconsistências de maior relevância e impacto nos valores a serem medidos:

- Item 2.1 - Desm. Dest. Limpeza Áreas c/ Arv. Diam. Até 0,15m e Transporte do Material até 1000m
  - A memória de cálculo apresenta uma área de 246.139,88 m<sup>2</sup> a serem medidos. Estes serviços foram efetivamente executados. Entretanto, na planilha de cálculo da medição, consta 464.021,80 m<sup>2</sup> para este item. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -359.505,17.
- Item 3.1.2 - Sub-Base de Solo Estabilizado Granul. s/ Mistura - CBR DIRENG Conforme Especificação
  - A memória de cálculo apresenta um volume total executado de 18.619,059 m<sup>3</sup>. Estes serviços foram efetivamente executados. Entretanto, na 7ª Med. Provisória constam 25.220,637 m<sup>3</sup> medidos acumulados. Portanto, é necessário o estorno de -6.601,578 m<sup>3</sup>. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -81.331,44.
- Item 3.1.5 - Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Capa de Rolamento AC/BC
  - A memória de cálculo apresenta um volume total executado de 7.968,96 m<sup>3</sup>. Contudo, existe um erro no cálculo do volume aplicado trecho "Pista de Taxi trecho 2", onde foi considerada uma largura de 80 m, ao invés de 19 m. Após a correção, o volume total executado é 3.648,958 m<sup>3</sup>. Como na 7ª Med. Provisória constam 9.586,464 m<sup>3</sup>







medidos acumulados, é necessário o estorno de -5.937,506 m3. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -268.488,00.

- Item 3.2.2 - Fornecimento de Cimento Asfáltico CAP-50/70 (CBUQ Capa)
  - Este item está diretamente relacionado ao 3.1.5. Em razão da alteração do item 3.1.5, necessário um estorno de -617,586 ton ante a -401,586 ton constante na 10ª Med. Provisória. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -282.597,12.
- Item 3.2.5 - Fornecimento de Pó de Pedra (CBUQ Capa)
  - Este item está diretamente relacionado ao 3.1.5. Em razão da alteração do item 3.1.5, a quantidade correta a ser medida é 1.218,752 m3 ante a 2.767,327 m3 constante na 10ª Med. Provisória. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -59.387,86.
- Item 3.3.1 - Transporte de Concreto Betuminoso da Usina até a Pista
  - Este item está diretamente relacionado ao 3.1.5. Em razão da alteração do item 3.1.5, necessário um estorno de -155.277,369 txkm ante a -33.021,312 txkm constante na 10ª Med. Provisória. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -183.384,00.
- Item 3.3.9 - Transporte comercial c/ base. 10m3 rodov. pavimentada (Brita Base)
  - A memória de cálculo apresenta 3.800.985,48 txkm ser medido de. Esta quantidade foi obtida multiplicando-se o volume total de base medido acumulado pelo novo DMT de 155 km. O que ocorre é que somente 20% deste volume, referente ao pó de pedra, é correspondente a este DMT, sendo 788.130,072 txkm a quantidade correta a ser medida. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -1.114.756,50.
- Item 3.3.11 - Transporte comercial c/ base. 10m3 rodov. pavimentada (Pó Pedra Capa Rolamento)
  - Este item está diretamente relacionado ao 3.1.5. Em razão da alteração do item 3.1.5, a quantidade correta a ser medida é 187.200,307 txkm ante a 425.061,427 txkm constante na 10ª Med. Provisória. O impacto financeiro desta diferença é de R\$ -88.008,61.

Somente estes itens de maior relevância representam um decréscimo no valor de R\$ 2.4374.58,70 no valor da 10ª Med. Provisória apresentada.

Uma vez analisada e revista a 10ª Med. Provisória, corrigidas todas as inconsistências encontradas, o valor da mesma é de R\$ -234.697,96.

Diante dessas irregularidades constatadas na planilha da 10ª medição, a RTA Engenheiro Consultores Ltda, apresentou a seguinte proposta de encaminhamento:





#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados obtidos durante a vistoria realizada no Aeroporto de Rondonópolis IC 022/2013, este documento relatou a situação atual dos serviços executados e o resultado da análise da 10ª Med. Provisória do referido contrato.

Recomendamos à SINFRA que a 10ª Med. Provisória seja revista e alterada para que possa representar com fidelidade a realidade da obra e dos serviços executados.

À consideração.

Cuiabá, 23 de Setembro de 2016.

Engº. Vinicius Iannotti  
RTA Engenheiros Consultores Ltda

Ou seja, se não fosse a interferência do Secretário Adjunto de Obras /SAOB/SINFRA, Engenheiro Marcos Catalano Corrêa em determinar que a RTA Engenheiro Consultores Ltda analisasse o conteúdo da 10ª Planilha de Medição, o Estado suportaria mais um dano no valor de **R\$ 2.353.134,54**, por ineficiência de fiscalização.

Assim, diante da orientação da RTA Engenheiro Consultores Ltda, com data de 23.09.2016, o Sr. Paulo Roberto Machado Gomes (Port. nº 087/2015) elaborou a 10ª Medição referente ao período de 06.08.2015 a 31.08.2015. Desta feita, o engenheiro mediu negativo o valor total de **R\$ 234.697,96**.

Foram considerados nessa 10ª medição, serviços executados, supostamente, entre os dias 06.08.2015 a 31.08.2015 (Doc. nº 248574/2018 – Control-P). De acordo com a planilha orçamentária nesta 10ª medição foram medidos os seguintes itens:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR – R\$
1.0	Serviços preliminares	35.427,01
2.0	Terraplanagem	719.671,23
3.0	Pavimentação	(946.512,82)
4.0	Drenagem e OAC	(126.855,51)
5.0	Obras Complementares e Equipamentos	83.572,13
Total medido na 10ª medição		(234.697,96)





Entretanto, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Conta constatou que nessa planilha da 10ª medição foram negativados o item 5.1. **Corpo de BSCC 1,5 x 1,5m Alt. 7,5 a 10,0m AC/BC**, no valor de R\$ 138.294,60 e item 5.2. **Boca de BSCC 1,5 x 1,5m – Normal**, no valor de R\$ 21.276,96. Esses dois itens que totalizam o valor de **R\$ 159.971,56** foram medidos na planilha da 5ª MEDIÇÃO. Na planilha da 7ª medição houve o estorno dos valores. Porém, na planilha da 10ª medição novamente foi deduzindo esses valores, fazendo com que houvesse duplicidade no estorno, consequentemente, o saldo desse item ficasse devedor. Assim sendo, o valor correto da planilha da 10ª MEDIÇÃO é **R\$ 75.126,40** e não R\$ 234.697,96.

Assim, considerando que até a 6ª medição a empresa ENSERCON Engenharia Ltda já havia recebido do erário estadual o valor de **R\$ 11.607.793,61**, sendo considerada a 7ª Medição revisora que apresentou um saldo negativo de **R\$ 3.912.073,32** e, considerando o resultado da 10ª Medição cujo valor devedor foi de **R\$ 234.697,96**, o resultado final do valor pago a maior à empresa ENSERCON, era de **R\$ 4.146.771,28**.

O quadro a seguir demonstra a situação encontrada pela SINFRA e o apurado pela equipe técnica do TCE:

1) Cálculo da SINFRA:

VALOR PAGO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO	R\$ 11.607.793,64
DANO APURADO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO	(R\$ 3.912.071,75)
DANO APURADO NA 10ª MEDIÇÃO	(R\$ 234.697,96)
SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EMPRESA	R\$ 7.461.024,63
<b>VALOR TOTAL DO DANO</b>	<b>R\$ 4.146.769,71</b>

- Diferença a maior de R\$ 1,57 no cálculo da SINFRA.

2) Cálculo da Equipe Técnica:

VALOR PAGO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO	R\$ 11.607.793,54
DANO APURADO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO	(R\$ 3.912.071,75)
DANO APURADO NA 10ª MEDIÇÃO	(R\$ 75.126,40)
SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EMPRESA	R\$ 7.620.595,39
<b>VALOR TOTAL DOS DANOS</b>	<b>R\$ 3.987.198,15</b>

Assim, em 28.10.2016, a SINFRA, a empresa ENSERCON Engenharia Ltda e a







Construtora Tripolo Ltda, firmaram o **Termo de Compromisso nº 001/2016/SINFRA** (Doc. nº 156932/2017 - fl. 01 à 5/37 - Control-P), pelo qual, de acordo com a Cláusula segunda, há o expreso reconhecimento do dano no valor de **R\$ 4.146.771,28** (a diferença deste valor com o que consta no quadro 1 é em função de arredondamento do Excel pela SINFRA).

TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2016/SINFRA	CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE RESSARCIMENTO
<p>O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA, inscrita no CNPJ/MF nº 03.507.415/0022-79, com sede no Centro Político Administrativo, CEP: 78.049-906, nesta cidade de Cuiabá/MT, doravante denominada apenas SINFRA neste ato, representada por seu Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. MARCELO DUARTE MONTEIRO, inscrito no RG 899.659 SSP/MT e CPF 654.212.051-34, residente e domiciliado na Rua Santiago, nº 319 Ap. 903 – Edifício American Garden, Jardim das Américas, CEP 78060-628, Cuiabá-MT, a empresa ENSERCON ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 16.361.439/0001-17, com sede na Avenida Aclimação, nº 445, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-040 na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr. MARCÍLIO FERREIRA KERCHER, inscrito do RG sob o nº 227.047 SSP/MT e do CPF nº 063.944.261-72, residente e domiciliado na Rua General Ramiro de Noronha, nº 213, Bairro Jardim Cuiabá, CEP: 78.043-180, em Cuiabá/MT, neste ato denominada ENSERCON, e a empresa CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.879.275/0001-06, com sede na Rua Fernando Correa da Costa, 3800, Bairro Jardim Belo Horizonte, Caixa Postal 23, CEP 78705-6000 – Rondonópolis/MT, denominada TRIPOLO, neste ato representada pelo Sr. FAUSTO PRESOTTO BORTOLINI, portador do CPF nº 712.937.281-87, nos termos do Processo Administrativo nº 561314/2012, com base na proposta apresentada pela Ensercon às fls. 859/861, com fundamento na Nota Técnica de fls. 865/868, e no despacho do Secretário da SINFRA de fls. 886, resolve celebrar o presente Termo de Compromisso, conforme cláusulas e condições seguintes:</p>	<p>2.1. O valor a ser ressarcido pela empresa ENSERCON conforme Nota Técnica de fls. 865/868 do Processo Administrativo nº 561314/2012 é de R\$ 4.146.771,28 (quatro milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e vinte oito centavos);</p> <p>...</p> <p>Cuiabá-MT, 28 de outubro de 2016.</p> <p><b>MARCELO DUARTE MONTEIRO</b> Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística</p> <p><b>MARCÍLIO FERREIRA KERCHER</b> Ensercon Engenharia Ltda</p> <p><b>FAUSTO PRESOTTO BORTOLINI</b> Construtora Tripolo Ltda</p> <p><b>TESTEMUNHAS:</b></p> <p>Nome: <u>Paulo Fernandes Rondoni</u> CPF: <u>395.672.571-91</u></p> <p>Nome: _____ CPF: _____</p>

De acordo com o **Termo de Compromisso nº 001/2016/SINFRA**, a ENSERCON Engenharia Ltda iria ressarcir à SINFRA os valores recebidos indevidamente, da seguinte forma:

<p>2.2. O ressarcimento à SINFRA será efetuado da seguinte forma:</p> <p>a) <b>R\$ 871.729,79</b> (oitocentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e nove centavos) referente a créditos apurados pela Comissão instituída pela Portaria nº 047/2016, de 17/08/2016, devidos à ENSERCON a serem pagos pela SINFRA, sendo:</p> <p><b>R\$ 287.493,24</b> (duzentos e oitenta e sete, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) relativo a pagamento pendente de reajustamento da 1ª à 7ª medição do Instrumento Contratual nº 213/2012, conforme Relatório Técnico da Comissão nº 044/2016 (fls. 864/874);</p> <p><b>R\$ 584.236,55</b> (quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) relativo a pagamento pendente da 6ª medição do Instrumento Contratual nº 030/2009, conforme Relatório Técnico da Comissão nº 046/2016 (fls. 876/881).</p>
--

Pela letra “a” da Cláusula 2º do referido Termo, o valor de R\$ 871.729,79 seria ressarcido à SINFRA com os valores relativos às parcelas de reajustamentos das 1ª, 2ª, 3ª,







4ª, 5ª, 6ª e 7ª medição e, valor pendente de pagamento relativo à 6ª medição.

- b) **R\$ 1.558.938,58** (hum milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos) a ser descontado da primeira medição da subcontratação de serviços a ser formalizada com a empresa CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA.
- c) **R\$ 1.716.102,91** (hum milhão, setecentos e dezesseis mil, cento e dois reais e noventa e um centavos) equivalente a 11,93 % (onze virgula noventa e três) por cento do saldo remanescente do contrato a ser executado diretamente pela ENSERCON, no valor de **R\$ 14.381.969,62** deduzido o valor subcontratado (R\$ 23.722.761,62 - R\$ 9.340.791,90), a ser ressarcido em 12 (doze) parcelas mensais, na proporção de 11,93/12 (onze virgula noventa e três doze avos) de cada medição realizada do remanescente a ser executado pela ENSERCON.  
Valor do contrato: R\$ 31.183.783,85  
Valor medido acumulado até a 10ª medição: R\$ 7.461.022,33  
Saldo remanescente do contrato: R\$ 23.722.761,52

O valor de R\$ 1.558.938,58 seria descontado de valores a serem pagos à Construtora Tripolo, pelos serviços a serem ainda prestados por força do **Termo de Compromisso nº 001/2016/SINFRA**. Já a importância de **R\$ 1.716.102,91**, a SINFRA autorizaria para que a ENSERCON ressarcisse ao erário estadual, em 12 parcelas a serem descontadas das futuras medições em nome da ENSERCON.

Embora esse acordo tenha sido concretizado por meio do **Termo de Compromisso nº 001/2016/SINFRA**, não se tem informação se a Construtora Tripolo chegou a executar serviços no aeroporto Maestro Marinho Franco.

Entretanto, conforme consta no Relatório Técnico datado de 28.03.2017 (Doc. 142461/2017 – Control-P) foi irregular a subcontratação da Construtora Tripolo Ltda, no valor subcontratado de R\$ 9.340.791,90, correspondente a cerca de 44,71% do valor contratual inicial e à 30% do valor contratual aditado, por conter serviços integrantes da parte principal do objeto contratual, tais como, exemplificativamente: a) pavimentação (sub-base, item 3.1.2; base de brita graduada, item 3.1.3; imprimação, item 3.1.4; concreto betuminoso usinado a quente- CBUQ, item 3.1.5); b) drenagem (itens 4.2.1 a 4.2.14); c) sinalização luminosa (itens 7.1 a 7.27).

O Tribunal de Contas da União, conforme item 9.8 do v. Acórdão nº 3144/2011-Plenário, determinou ao DNIT que não permitisse subcontratação do principal do objeto, o que demonstra que a presente subcontratação não deve ser aceita:





*“9.8. determinar ao Dnit que: 9.8.1. não inclua, em seu edital padrão, cláusula que permita subcontratação do principal do objeto, entendido este como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes;”. Acórdão n.º 3144/2011-Plenário, TC-015.058/2009-0, rel. Min. Aroldo Cedraz, 30.11.2011.*

Entretanto, esse **Termo de Compromisso nº 001/2016/SINFRA** não prosperou, tendo em vista que ele faria parte do Termo de Ajuste de Gestão que a SINFRA havia proposto ao TCE/MT.

Porém, em **01.02.2017**, o Sr. Paulo Roberto Machado Gomes (Port. nº 087/2015) mediu 7.916,00m do item “cerca de alambrado” no valor total de **R\$ 1.364.560,08** (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e oito centavos), conforme a 11ª Planilha de Medição (Doc. nº 248579/2018 – Control-P).

Essa 11ª Planilha de Medição foi denominada de **MEDIÇÃO PROVISÓRIA**, conforme demonstrado pelo quadro que segue:

<b>SINFRA</b> SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		<b>GOVERNO DE MATO GROSSO</b> ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO	EDIFÍCIO ENG. EDGAR PRADO ARZE - RUA J - QUADRA 1 - LOTE 5 - SETOR A 78046-906 - CUIABÁ - MATO GROSSO
MATO GROSSO - ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO - WWW.MT.GOV.BR			
<b>MEDIÇÃO PROVISÓRIA</b>			
Ao Ilmo Sr. Eng.º. Diogo Menezes Souza <b>M.D. SUPERINTENDÊNCIA DE MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS - SMRP</b> Nesta			
Assunto: <b>11ª (Décima Primeira) Medição Provisória</b> Ref. IC: 022/2013/00/00-ASJU			
Através do presente, encaminho a V.Sª a 11ª (Décima Primeira) Medição Provisória de EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT dos serviços de EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT, com extensão de 3.103,00 m, após aferição em campo, estando apta para o procedimento de análise, de acordo com os valores firmados em contrato, no Período 01/01/2017 à 31/01/2017			
<b>11ª (Décima Primeira) Medição Provisória</b>		<b>Período: 01/01/2017 à 31/01/2017</b>	
Atenciosamente			
 Eng. Paulo Roberto Machado Gomes Fiscal - Port. 087/2015 CREA RNP-120528715-9			





O processo relativo à 11ª medição foi protocolado na SINFRA sob o nº 62319/2017 de 08.02.2017. Nos autos desse processo consta o TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2016/SINFRA, que foi firmando entre a SINFRA, a empresa ENSERCON ENGENHARIA LTDA e a EMPRESA TRIPOLO LTDA, pela qual a ENSERCON mediante consentimento da SINFRA autoriza a subcontratação de parte do objeto do Contrato nº 022/2013 à empresa TRIPOLO.

No processo nº 62319/2017 consta um documento assinado pelo Sr. Júlio Mangini Fernandes Neto, endereçado ao Sr. Marcos Catalano Correa – Secretário Adjunto de Obras – SAOB, pelo qual constata-se indícios de que o pagamento da 11ª medição deveria ser realizada em favor da empresa Construtora Tripolo Ltda, conforme demonstrado pelo quadro que segue:


Encaminhamento de Medição	
<p>Ilmo Sr. Eng.º Marcos Catalano Correa M.D. Secretário Adjunto, de Obras - SAOB CUIABÁ/MT</p> <p>Assunto: 11ª (Décima Primeira) Medição Provisória Ref. I.C. Nº 022/2013</p> <p>Conforme Representação Interna do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, lavrado no processo administrativo 162876/2014 e termo de compromisso 001/2016/SINFRA, firmado entre as empresas Ensercon Engenharia LTDA, Construtora Tripolo LTDA e SINFRA na Clausula Segunda do termo circunstanciado no item b) determina que R\$ 1.558.938,58 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos) a ser descontado da primeira medição da subcontratação de serviços formalizada com a empresa CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA.</p> <p>Através da presente, encaminho a V.S.ª a 11ª (Décima Primeira) Medição Provisória, após conferência do arquivo em mídia digital (CD em Anexo) com as cópias impressas, sendo exclusivamente sua elaboração de responsabilidade do fiscal designado em portaria e aprovado tecnicamente pela superintendência da região, estando devidamente apta para o procedimento de pagamento e de acordo com o valor abaixo firmado e perfazendo a glosa financeira do valor de R\$ 1.364.560,08 (hum milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e oito centavos) e o restante do saldo a descontar no reajustamento da referida medição a preços iniciais no valor de R\$ 194.378,50 (Cento e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).</p> <p>Assim firmamos o valor desta medição conforme abaixo.</p> <p>11ª (Décima Primeira) Medição Provisória.....R\$ 0,00.</p> <p>CONFORMIDADE Atestado de Conformidade dos documentos fls. 04 a 30.</p> <p>Em 21 de fevereiro de 2017.</p> <p>Eng.º Júlio Mangini Fernandes Neto Superintendente SUCEO/SAOB/SINFRA-MT</p>	







Porém, para efeito do **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718 - MAIO/2018**, emitido pelo Consórcio Esteio, conforme relatado no item 2.2 deste relatório, a 11ª Planilha de Medição emitida pelo engenheiro Sr. Paulo Roberto Machado Gomes (Port. nº 087/2015), na qual consta a medição de 7.916,00m do item “cerca de alambrado” no valor total de **R\$ 1.364.560,08** não existe, tendo em vista que no **RELATÓRIO TÉCNICO RTS5MT165718 - MAIO/2018**, foi elaborada outra planilha referente à 11ª medição, que substituiu a anteriormente elaborada pelo engenheiro Sr. Paulo Roberto. Esta nova planilha substituta foi denominada como “PROPOSTA DE MEDIÇÃO REVISORA DO CONTRATO – LBR-ESTEIO”, conforme demonstrado pelo quadro que segue:

		ESTADO DE MATO GROSSO		PROPOSTA DE MEDIÇÃO REVISORA DO CONTRATO - LBR-ESTEIO					SINFRA			
SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE TRANSPORTES												
OBRA:	EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT			Nº Contrato		022/2013/0300-ASJU		Prazo de Execução		720 dias		
				Data Assinatura		14/03/13		Prazo Restante		396 dias		
				Publicação		18/03/13		Vr. Contratual PI		R\$ 20.862.913,14		
				Processo Orig.		561314/2012 - SETPU		Aditivo		R\$ 10.290.870,71		
				Data de Paralisação:		30/06/2013		Valor do Contrato + Aditivo		R\$ 31.153.783,85		
Referência:	11ª Medição 06/08/2015 a 31/08/2015			Data de Reinício:		01/05/2014		Vr. Acum. Programado PI		R\$ 3.043.820,75		
Período acumulado:				14/05/2013 à 31/08/2014		Vr. Programado Próx. mês PI						
				Empresa:		ENSERCON ENGENHARIA LTDA						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO			UNID.	DMT	QUANT. CONTRATADA	NESTA MEDIÇÃO	MEDIÇÃO ANTERIOR	QUANT. MEDIDO ACUMULADO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR MEDIDO R\$	% EXECUTADA
	AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO - AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT											
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES											
1.1	Instalações de Canteiro e Acampamento			q		1,000		1,000	1,000	46.755,05	-	100,00%
1.2	Mobilização e Desmobilização de Pessoal			q		1,000		0,500	0,500	4.959,70	-	50,00%
1.3	Mobilização e Desmobilização de Equipamento Rodante			q		1,000		0,500	0,500	12.710,51	-	50,00%
1.4	Mobilização e Desmobilização de Equipamento Pesado			q		1,000		0,500	0,500	7.412,21	-	50,00%
1.5	Marco de Concreto de Identificação da Obra			und		1,000		1,000	1,000	1.805,98	-	100,00%
1.6	Administração Local da Obra - Despesas Fixas			q		1,000		-	-	853,65	-	0,00%
1.7	Administração Local da Obra - Despesas Diversas			mês		12,000		7,000	7,000	7.508,69	-	58,33%
1.8	Administração Local da Obra - Pessoal			mês		12,000		7,000	7,000	27.918,32	-	58,33%
1.9	Placa de Obra			m²		42,000		42,000	42,000	214,44	-	100,00%

Entretanto, a planilha relativa à 11ª medição elaborada pelo engenheiro, Sr. Paulo Roberto Machado Gomes (Port. nº 087/2015) na qual consta a medição de 7.916,00m do item “cerca de alambrado” no valor total de **R\$ 1.364.560,08** não foi anulada. A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas constatou que o processo nº 62319/2017, que se refere a essa 11ª medição, continua com sua movimentação dentro da SINFRA, sendo que em 24.01.2020, os autos do processo nº 62319/2017 foi encaminhado ao Gabinete do Secretário Adjunto de Obras Públicas, conforme demonstrado a seguir:







ESTADO DE  
MATO GROSSO

Hoje Segunda-feira, 1 de Junho de 2020

Dados do Processo

Número/Ano do Processo : 62319 / 2017

Assunto : MEDIÇÃO DE OBRAS

Resumo do Assunto : 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS/MT, DO CONTRATO 022/2013. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Parte Interessada : ENSERCON ENGENHARIA LTDA

Unidade Atual : SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS III

Movimentação do Protocolo

Origem				Ação	Destino	
Órgão	Sector	Data	hora		Órgão	Sector
SINFRA	SAOR - GAB. SECRETARIO ADJ. DE OBRAS RODOVIARIAS	24/01/2020	11:14:32	Enviar	SINFRA	SUEF III - SUP. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO OBRAS III
SINFRA	SAOR - GAB. SECRETARIO ADJ. DE OBRAS RODOVIARIAS	24/01/2020	11:14:32	Apensados	SINFRA	SUEF III - SUP. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO OBRAS III

Encaminhamento:

por solicitação

Aos 24 dias do mês 01 do ano 2020 nesta Unidade, SUEF III - SUP. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO OBRAS III, apenso a estes autos o Processo de num. 62319/2017 em atenção ao despacho de fls. \_\_\_\_\_ (ou à Resolução ou Admão nº \_\_\_\_\_ de fls. \_\_\_\_\_) 2020-01-24

Durante os trabalhos de fiscalização para fins de instrução desta T.C.O., a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura constatou que, em 27.03.2019, foi autuado na SINFRA o **Processo nº 138635/2019**, que tem como assunto: REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS – SOLICITA A REGULARIZAÇÃO REFERENTE O PAGAMENTO DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA MEDIÇÃO) DO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 022/2013, CONFORME INFORMAÇÕES RELATADAS EM ANEXO.

Conforme demonstrado pelo quadro que segue, constata-se que a parte interessada no Processo nº 138635/2019 é a empresa **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA**:

Doc. 152878/2020 – Control-P

Embora a empresa **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA** não seja parte neste processo de Tomada de Contas Especial, entretanto, por meio do Processo Administrativo, a





empresa busca receber o item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto do Contrato nº 22/2013, no valor de R\$ 1.364.560,08.

Analisando os autos do Processo nº 138635/2019 a empresa Construtora Tripolo Ltda, além da quantia de R\$ 1.364.560,08, também está requerendo o pagamento do valor de R\$ 350.691,94, a título de reajustamento, totalizando o valor de **R\$ 1.715.252,02**.

Entretanto, conforme já relatado no item 2.1.1. e VI deste relatório, além da cerca não ter sido executada atendendo às exigências do projeto, o valor dos serviços já foram pagos à empresa ENSERCON, por ocasião da 1ª, 2ª e 3ª medição, no valor de R\$ 1.255.910,69.

Considerando que o valor de R\$ 1.255.910,69 foi pago em espécie à empresa ENSERCON e, até a data da emissão deste relatório ainda não houve a devolução desse “dinheiro” ao erário estadual, pagar para outra empresa **é aumentar o valor dano, e o que é pior, sem que essas empresas construíssem a cerca, conforme previsto no contrato.**

A Tomada de Contas Ordinária foi instaurada justamente para reaver o que foi pago indevidamente à empresa ENSERCON pelos serviços não executados e pelos serviços executados em desacordo com os projetos. Dentre os serviços executados em desacordo com o projeto está o item 6.3 – Cerca e alambrado.

Posteriormente foram emitidas pelo Sr. Paulo Roberto Machado Gomes a 12ª e 13ª medição, porém zeradas.

### **3.5. Dos pagamentos e os responsáveis**

Conforme item 3.2 deste relatório, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato nº 22/2013 foi realizado por três engenheiros da SINFRA:

- ✓ Esmeraldo Teodoro de Mello - **de 12.04.2013 a 01.05.2014.**
- ✓ Pedro Maurício Mazzaro - **de 02.05.2014 a 05.08.2015.**
- ✓ Paulo Roberto Machado Gomes - **de 06.08.2015 a 01.05.2014.**





De acordo com os processos de pagamentos, a responsabilidade do Sr. Esmeraldo Teodoro de Mello recai sobre as quatro primeiras medições e, do Sr. Pedro Maurício Mazzaro, sobre a 5ª e 6ª medições, bem como sobre as seis medições de reajustes.

Já o Sr. Paulo Roberto Machado Gomes realizou medições que não influenciaram em pagamento à empresa ENSERCON.

A responsabilidade do Sr. Paulo Roberto Machado Gomes recairá sobre a 11ª Medição, no valor de R\$ 1.364.560,08, caso seja efetuado o pagamento dessa medição, fora destes autos, tendo em vista que os serviços que constam nessa referida planilha não foram executados de acordo com o projeto.

### 3. CONTROLE DAS MEDIÇÕES E REAJUSTAMENTO EFETUADOS:

Medição	Período da Elaboração		Valor (R\$)		Medição Reajustamento		Eng. Fiscal da Obra
			Período	Acumulado	Período	Acumulado	
1ª	13/05/13	31/05/13	1.415.417,21	1.415.417,21	-	-	Esmeraldo T. de Mello
2ª	01/06/13	30/06/13	1.595.457,27	3.010.874,48	-	-	Esmeraldo T. de Mello
3ª	01/07/13	31/07/13	2.008.099,70	5.018.974,18	-	-	Esmeraldo T. de Mello
4ª	01/08/13	31/08/13	3.600.224,34	8.619.198,52	-	-	Esmeraldo T. de Mello
1ª Paralização (30/08/2014) ... Reinício (01/05/2014)							
5ª	01/05/14	31/05/14	1.992.974,90	10.612.173,42	-	-	Pedro M. Mazarro
6ª	01/06/14	30/06/14	995.620,19	11.607.793,61	-	-	Pedro M. Mazarro
Reajust. 1ª	13/05/13	31/05/13			68.952,55	68.952,55	Pedro M. Mazarro
Reajust. 2ª	01/06/13	30/06/13			72.182,69	141.135,24	Pedro M. Mazarro
Reajust. 3ª	01/07/13	31/07/13			90.829,76	231.965,00	Pedro M. Mazarro
Reajust. 4ª	01/08/13	31/08/13			87.482,76	319.447,76	Pedro M. Mazarro
Reajust. 5ª	01/05/14	31/05/14			146.584,90	466.032,66	Pedro M. Mazarro
Reajust. 6ª	01/06/14	30/06/14			60.701,37	526.734,03	Pedro M. Mazarro
7ª	01/07/14	31/07/14	-3.912.073,32 (à restituir)	7.695.720,29			Pedro M. Mazarro
Reajust. 7ª					-348.837,15 (à restituir)	177.896,88	Pedro M. Mazarro
8ª	01/08/14	31/08/14	0,00	7.695.720,29	0,00	177.896,88	Pedro M. Mazarro
9ª	01/09/14	30/09/14	0,00	7.695.720,29	0,00	177.896,88	Pedro M. Mazarro
2ª Paralização (30/09/2014) ... Reinício (06/08/2015)							
10ª	06/08/15	31/08/15	-234.697,96 (à restituir)	7.461.022,33	(não calculado)		Paulo R. M. Gomes
11ª	01/01/17	31/01/17	1.364.560,08	8.825.582,41	350.691,94 (*)	528.588,82 (**)	Paulo R. M. Gomes
12ª	01/02/17	28/02/17	0,00		0,00		Paulo R. M. Gomes
13ª	01/03/17	31/03/17	0,00		0,00		Paulo R. M. Gomes

(\*) 156.313,44 (pago) + 194.378,50 (restituído) = 350.691,94; (\*\*) valor total

Doc. 173153/2018 – fls. 9/66 – Control-P

Com base nas planilhas de medições (Doc. ANEXO – em EXCEL – Control-P) o valor do dano apurado sobre os pagamentos das seis medições está assim distribuído:





**DANO APURADO SOBRE OS PAGAMENTOS DAS SEIS MEDIÇÕES**

**VALOR DOS DANOS E RESPONSABILIDADE DOS ENGENHEIROS**

Esmeraldo Teodoro de Mello

Pedro Maurício Mazzaro

**VALOR TOTAL DO DANO**

**VALOR DO DANO - R\$**

5.710.531,93

1.480.060,10

**7.190.592,03**

**3.6. Dos pagamentos das planilhas de reajustamentos**

Além do pagamento das seis medições no valor global de **R\$ 11.607.793,61** a empresa ENSERCON Engenharia Ltda ainda recebeu do erário estadual, por conta do Contrato nº 22/2013, a importância de **R\$ 526.734,03**, relativo aos pagamentos de reajustamento das seis medições, conforme demonstrado pelo quadro que segue:

FINANCEIRO - MEDIÇÕES A P I + REAJUSTAMENTO			
MEDIÇÕES	VALOR A P I	REAJUSTE	VALOR P I + R
1ª Medição	1.415.417,21	68.952,55	1.484.369,76
2ª Medição	1.595.457,27	72.182,69	1.667.639,96
3ª Medição	2.008.099,70	90.829,76	2.098.929,46
4ª Medição	3.600.224,34	87.482,76	3.687.707,10
5ª Medição	1.992.974,90	146.584,90	2.139.559,80
6ª Medição	955.620,19	60.701,37	1.016.321,56
TOTAL	11.567.793,61	526.734,03	12.094.527,64
Saldo Contratual a preços iniciais			9.325.119,53

DATA DA MEDIÇÃO DO REAJUSTE	Nº PROCESSO NA SINFRA	DATA DO PROTOCOLO	Nº DA NOTA FISCAL	DATA DA LIQUIDAÇÃO NO FIPLAN	DATA DO PAGAMENTO
21.07.2014	404368/2014	24.07.2014	263	31.07.2014	06.08.2014
21.07.2014	404371/2014	24.07.2014	264	31.07.2014	06.08.2014
21.07.2014	404380/2014	24.07.2014	265	31.07.2014	06.08.2014
21.07.2014	404357/2014	24.07.2014	266	31.07.2014	06.08.2014
21.07.2014	404346/2014	24.07.2014	267	31.07.2014	06.08.2014
21.07.2014	404336/2014	24.07.2014	268	31.07.2017	06.08.2014

Pelos quadros constata-se que as medições dos reajustes foram emitidas todas em 21.07.2014 e os pagamentos ocorreram em 06.08.2014. Os pagamentos desses reajustes foram todos realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo – SEDTUR por força do Termo de Cooperação nº 007/2012 celebrado entre a SEDTUR e a SETPU.







As planilhas de medições dos reajustamentos foram todas emitidas pelo engenheiro fiscal, Sr. Pedro Maurício Mazzaro. As notas fiscais também foram assinadas pelo referido engenheiro.

As autorizações para que os processos fossem encaminhados para pagamento pela SEDTUR foram do Sr. Tércio Lacerda de Almeida – Superintendente de Obras de Transportes/SUOT/SETPU.

Com base nos processos de pagamentos, constata-se que as medições e pagamentos dos reajustes ocorreram sobre os valores efetivamente pagos à empresa ENSERCON Engenharia Ltda (**R\$ 11.607.793,61**). Porém, sendo constatado que sobre esse total pago constam inseridos valores não devidos à empresa no total de **R\$ 7.190.592,03** (por não terem sido executados ou, por terem sido executados em desconformidade com as normas técnicas e em desacordo com o projeto básico), pode-se afirmar que o valor de **R\$ 526.734,03** também foi pago a maior, uma vez que foram atualizados valores indevidos.

Assim, considerando apenas os serviços prestados foram apurados os seguintes valores pagos indevidamente:

MEDIÇÃO DO REAJUSTAMENTO	VALOR MEDIDO E PAGO – R\$	VALOR DEVIDO - RS	VALOR DO DANO (PAGO A MAIOR) – R\$
1ª Medição	68.592,55	45.062,76	(23.889,79)
2ª Medição	72.182,69	43.158,30	(29.024,39)
3ª Medição	90.829,76	29.108,08	(61.721,68)
4ª Medição	87.482,76	16.182,63	(71.300,13)
5ª Medição	146.584,90	47.091,52	(99.493,38)
6ª Medição	60.701,37	18.270,22	(42.431,15)
TOTAL	526.734,03	198.873,51	(327.860,52)

Assim sendo, além do valor do dano de **R\$ 7.190.592,03**, a empresa ENSERCON Engenharia Ltda ainda terá que ressarcir ao erário estadual a importância de **R\$ 327.860,52**, relativo a valores pagos a título de reajustamento calculado sobre os pagamentos indevidos. Neste caso, a responsabilidade pela devolução será dos engenheiros fiscais que realizaram medições dos serviços que culminaram ao dano de R\$ 7.190.590,46 (engenheiros Esmeraldo Teodoro de Mello e Pedro Maurício Mazzaro).





Com base nas planilhas (Doc. ANEXO – em EXCEL – Control-P), o valor do dano apurado sobre os pagamentos dos reajustamentos das medições está assim distribuído:

DANO APURADO SOBRE OS PAGAMENTOS DE REAJUSTAMENTO DE MEDIÇÕES	
VALOR DOS DANOS E RESPONSABILIDADE DOS ENGENHEIROS	VALOR DO DANO - R\$
Esmeraldo Teodoro de Mello	185.935,99
Pedro Maurício Mazzaro	141.924,88
VALOR TOTAL DO DANO	327.860,87

### 3.7. Da origem do recurso para custear a obra objeto do Contrato nº 22/2013

Conforme documentação encaminhada pela SINFRA, consta o Termo de Cooperação nº 007/2012/SEDTUR assinado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo – SEDTUR. Esse Termo de Cooperação tem por objetivo o repasse de recursos financeiros da SEDTUR à SETPU, no valor total de **R\$ 20.561.577,45**, cujo objeto é a ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT.

Para execução do objeto desse Termo de Cooperação a SEDTUR realizou o empenho nº 235-5 no valor de R\$ 14.100.000,00, conforme quadro ao lado.

**Governo do Estado de Mato Grosso**  
FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL - SATE/SEFAZ

Folha 007  
Ass: SEC. EXTERNA

EMP	NOTA DE EMPENHO	24101.0001.13.000235-5
Nº PED: 24101.0001.13.000361-9	Data de Emissão: 29/04/2013	
Nº DOTLIST: *** **	Nº NOBLIST: *** **	
Unidade Orçamentária: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - SEDTUR	Unidade Gestora: 0001 - SEDE	
Projeto/Atividade: 3698 - Implantação da Infraestrutura Turística	Recurso: Normal	Tipo de Empenho: Global
Modalidade de Licitação: Pregão	Nº Referência Licitação: *** **	Motivo Dispensa Licitação *** **
Nº Convênio *** **	Transferido - Resto a Pagar Não	Nº do Protocolo: 338796/2012

**DADOS DO CREDOR**

Código: 1995.04109-5	Nome: Ensercon Engenharia Ltda
Endereço: Ave Aclimação, 445	CEP: 78.000-000
Bairro: Bosque da Saúde	Município: Cuiabá
UF: MT	Insc. Estadual: 130055247
RG: *** **	

**DADOS DA DIÁRIA**

Nº OS: *** **	Data de Início da Viagem: *** **
	Data de Retorno da Viagem: *** **

**DADOS DO ADIANTAMENTO**

Nº CAD: *** **	Data de Solicitação: *** **
----------------	-----------------------------

**DEMONSTRATIVO DA RESERVA DE EMPENHO**

Dotação Orçamentária: 24101.0001.23.695.185.3698.0500.449000000.151.1.1	Elemento de Despesa: 51 - OBRAS E INSTALACOES
Valor Total do Empenho (R\$): 14.100.000,00	Valor por Extensão: QUATORZE MILHÕES E CEM MIL REAIS *** **

**Histórico:**  
Empenho do PED Nº 24101.0001.13.000361-9  
Complementar a Nota de Empenho nº 24101.0001.13.000101-4 - Referente a Obra de Ampliação e Pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis, conforme Termo de Cooperação nº 007/2012 celebrado entre Sedtur e Setpu.

Data de Autorização da Despesa:  
29/04/2013

Ordenador de Despesa:  
Jairo Pradela

Leonidia Santiago  
Coordenadora de Planejamento  
Núcleo Cultura, Ciência, Lazer  
Coordenadora de Planejamento

Jairo Pradela  
Ordenador de Despesa

Observações:





Conforme constam nos autos, as seis medições e as medições dos reajustamentos foram realizadas pela Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU, por força do Termo de Cooperação nº 007/2012/SEDTUR. Assim sendo, sobre os servidores da SEDTUR não recai qualquer responsabilidade pelos pagamentos, tendo em vista que os processos já saíam da SETPU instruídos, somente para liquidação e emissão da NOB no sistema FIPLAN.

#### IV. CONTRATO Nº 022/2013

De acordo com os autos do processo da SETPU nº 440341/2017 (Doc. 164063/2017 – fls. 31 à 43/43; Doc. 164063/2014; Doc. 164063/2017; Doc. 164066/2017; e Doc. 164063/2017, do Control-P), em 30.12.2014 foi assinado o Termo Aditivo de valor acrescentando a importância de **R\$ 10.290.870,74** ao valor inicial do Contrato nº 022/2013.

A planilha que subsidiou o Termo Aditivo de Valor é de autoria do engenheiro Pedro Maurício Mazzaro. Pela referida planilha o Contrato nº 022/2013, que tinha o valor global de **R\$ 20.892.913,11** foi reajustado em mais **R\$ 10.290.870,74**, passando para o valor global de **R\$ 31.183.783,85**. Ou seja, o Contrato nº 022/2013 foi reajustado em **49,26%** (quarenta e nove inteiro e vinte seis décimos por cento). Essa planilha está datada de 08.09.2014.

De acordo com a Lei nº 8.666/93 as alterações a serem realizadas em contratos decorrentes de licitações por itens/lotes devem observar o limite do art. 65, § 1º, da Lei de Licitações, não podendo ultrapassar o montante de 25% sobre o valor inicial ajustado para o item/lote.

Entretanto, o que se observa na planilha orçamentária elaborada pelo engenheiro Pedro Maurício Mazzaro, esse percentual foi ultrapassado em 24,26% além daquele permitido por Lei.

Embora a planilha orçamentária tenha sido elaborada em 08.09.2014, o Termo Aditivo autorizando a execução da despesa no valor de **R\$ 10.290.870,74** somente foi





assinado pelo Secretário do Estado da SETPU em 30.12.2014, penúltimo dia da Gestão Silval Barbosa.

Ainda de acordo com o item V do Termo Aditivo, a sua validade somente teria eficácia após a sua publicação no Diário Oficial do Estado. Pelo que se constata essa publicação ocorreu em 30.12.2014.

VI – CONCORDÂNCIA:

E, por estarem de pleno acordo com o que nele se contém, este Termo vai assinado pelo representante da SETPU e da CONTRATADA, e por duas testemunhas abaixo e a tudo presente.

Cuiabá-MT, 30 de dezembro de 2014.

  
CINÉSIO NUNES DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E  
PAVIMENTAÇÃO URBANA

  
ENSERCON ENGENHARIA LTDA  
CONTRATADA

V – VALIDADE E EFICÁCIA:

Este termo terá validade na sua assinatura e eficácia após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Terça Feira, 30 de Dezembro de 2014

**Diário** 

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO POR MÚTUO ACORDO DO CONVÊNIO Nº 251/08**

**PROCESSO: 76.779-4/08**

**FUNDAMENTO DO TERMO:** Este Termo de Rescisão decorre de entendimento conclusivo entre os convenientes, o Senhor Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Senhor Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES VALE DO RIO ALEGRE, tendo em vista o que consta no processo nº 76.779-4/08, conforme previsto na Instrução Normativa SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 003/2009.

**RESCISÃO:** O presente Termo tem por objetivo rescindir o Termo de Convênio nº 251/08 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA e ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES VALE DO RIO ALEGRE, destinado à Pavimentação da Rodovia MT-249, no trecho: Nova Maringá - MT-235 e MT-492 - São José do Rio Claro à Fazenda Birigui (MT-249), que ora fazem por mútuo acordo nos termos da Cláusula Décima Terceira do Convênio referenciado.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Este convênio rescinde de pleno acordo entre as partes interessadas, com obrigatoriedade da prestação de contas dos recursos repassados pela Secretaria.

**CONVENIENTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA  
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES VALE DO RIO ALEGRE

Extrato do Instrumento Contratual nº 329/2014/00/00 - SETPU

Processo nº 115428/2014-SETPU

Modalidade: Concorrência Pública nº 014/2014

Objeto do Contrato: Pavimentação de Rodovia na Rodovia MT-020, Trecho: Entrº MT-251 – Água Fria – Lago do Manso – Subtrecho: Entrº MT-251 – Km 23,00, numa extensão de 23,00 Km, (Lote 01 do Edital).

Prazo: 540(quinhetos e quarenta) dias consecutivos

Valor: R\$ 13.810.470,55 (treze milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos) a preços iniciais.

Dotação: 25101.0001.26.782.338.5148.0600.449000000.151.1.1, empenhado conforme NE nº 25101.0001.14.002478-4 no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais reais).

**PARTES:** ENSERCON ENGENHARIA LTDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA

Extrato do Termo Aditivo nº 022/2013/01/01 - SETPU

Processo nº 440341/2014-SETPU

Objeto do Contrato: Ampliação e Pavimentação do Aeroporto de Rondonópolis-MT.

Finalidade do Termo: Aditar ao Instrumento Contratual nº 022/2013/00/00-SETPU, o valor de R\$ 10.290.870,71 (dez milhões, duzentos e noventa mil, oitocentos e setenta reais e setenta e um centavos) a preços iniciais.

**Partes:** ENSERCON ENGENHARIA LTDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA.







Ainda de acordo com os autos do processo relativo ao Termo Aditivo de valor, a demanda para assinatura desse Termo foi do Engenheiro José Carlos Ferreira da Silva, responsável pela Gerência Aeroportuária e Hidroviária. O MEMO/GEHA/066/2014 solicitando o aditivo de valor está datado de 18.06.2014.

A solicitação do Termo Aditivo foi protocolada na SETPU em 11.08.2014, sob o nº 440341/2014.

A revisão do projeto que justificou a necessidade do Termo Aditivo de valor, foi feito pela empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, através do documento SSM 043/2014 e está datado de 18.07.2014.

Para fundamentar o Termo Aditivo em percentual de 49,26% acima do valor global do Contrato nº 022/2014, a SETPU fundamentou na Decisão nº 215/1999 – Plenário do TCU.

Entretanto, pela documentação que consta aos autos e pela análise na planilha orçamentária que redundou em acréscimo no valor de **R\$**

**10.290.870,74**, os valores acrescidos pelo Termo Aditivo não se enquadram na situação





descrita na Decisão nº 215/1999 do TCU. Pelo que foi constatado pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura do TCE/MT, houve alteração significativa em itens previsíveis que foram omitidos na planilha orçamentária que subsidiou a licitação, bem como na troca do local jazida, que redundou em considerável acréscimo no item transportes.

Conforme consta no Relatório Técnico datado de 28.03.2017 (Doc. 142461–Control-P) o objeto do Contrato 22/2013 foi aditado em 49,26%, quando o limite legal é de 25%, fato que constitui irregularidade grave, classificada por este Tribunal como: **HB10** (Contrato Grave. Ocorrência de irregularidades nas alterações e/ou atualizações do valor contratual (art. 57, art. 65 c/c arts. 40, XI, 55, III da Lei 8.666/1993).

Este aditivo descaracterizou o objeto licitado e somente poderia ser feita tamanha alteração com a rescisão do Contrato 22/2013 e licitação do novo objeto. Além desse aditivo já celebrado, para concluir os serviços havia previsão de novo aditivo de valor, conforme informado durante a vistoria realizada em 16.03.2017, o que agravaria ainda mais essa situação.

## V. DA SUPERVISÃO E RESPONSABILIDADE DA SUPERVISORA SSM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Em 06.11.2013, a SINFRA e a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda. assinaram o Contrato nº 241/2013<sup>8</sup> que tinha como finalidade supervisionar à execução de serviços das obras aeroportuárias de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do aeroporto Maestro Marinho Franco, que é o objeto do Contrato nº 022/2013.

A empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda foi contratada para assessorar os engenheiros fiscais responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra objeto do Contrato nº 22/2013. Assim, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções

<sup>8</sup> Contrato nº 241/2013/SETPU formalizado entre a SETPU e a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda., cujo objeto se refere a serviços de supervisão das obras aeroportuárias de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do referido aeroporto, objeto do Contrato nº 022/2013.





Ltda tem responsabilidade solidária com os fiscais do Contrato nº 22/2013 pelos danos causados pela ENSERCON, por qualquer irregularidade na execução do referido contrato.

No decorrer da instrução deste processo de RNI, posteriormente convertido em Tomada de Contas Ordinária, constatou-se a omissão da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, durante a execução do objeto do Contrato nº 241/2013.

A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas constatou que a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, durante a execução do Contrato nº 241/2013 recebeu dos cofres públicos o valor total de **R\$ 1.522.098,40**, conforme demonstrado pelo quadro que segue:

Nº da medição	Período da Medição	Valor da Medição – R\$	Valor Medição de Reajuste – R\$	VALOR PAGO NO FIPLAN - R\$	SITUAÇÃO DO CONTRATO Nº 22/2013	RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO	EMPENHO	NOB	DATA PAGAMENTO
1ª	07.11.2013 a 30.11.2013	85,219.29		85,219.29	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	601-6/2013	752-3/2014	10/07/2014
2ª	01.12.2013 a 31.12.2013	110,976.68		110,976.68	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	601-6/2013	750-7/2014	10/07/2014
3ª	01.01.2014 a 31.01.2014	208,746.31		208,746.31	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	022-0/2014	748-8/2014	10/07/2014
4ª	01.02.2014 a 28.02.2014	208,746.40		208,746.40	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	022-0/2014	342-0/2014	09/05/2014
5ª	01.03.2014 a 31.03.2014	208,746.35		208,746.35	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	022-0/2014	341-2/2014	09/05/2014
6ª	01.04.2014 a 30.04.2014	110,976.68		110,976.68	OBRA PARALIZADA	SEDTUR	022-0/2014	375-7/2014	14/05/2014
7ª	01.05.2014 a 31.05.2014	110,976.69		110,976.69		SEDTUR	022-0/2014	767-1/2014	14/07/2014
8ª	01.06.2014 a 30.06.2014	110,976.66		110,976.66		SEDTUR	022-0/2014	788-4/2014	16/07/2014
9ª	01.07.2014 a 31.07.2014	110,976.71		110,976.71		SEDTUR	022-0/2014	1109-1/2014	26/08/2014
10ª	01.08.2014 a 31.08.2014	110,976.68		110,976.68		SINFRA	242-0/2014	5155-9/2014	18/12/2014
11ª	01.09.2014 a 30.09.2014	105,949.53		105,949.53		SINFRA	242-0/2014	5154-0/2014	18/12/2014
reajuste 4ª	01.02.2014 a 28.02.2014		7222.62	7,222.62	OBRA PARALIZADA	SINFRA	4325-0/2014	1765-9/2014	12/04/2014
reajuste 5ª	01.03.2014 a 31.03.2014		7222.62	7,222.62	OBRA PARALIZADA	SINFRA	4325-0/2015	1797-7/2014	13/04/2014
reajuste 6ª	01.04.2014 a 30.04.2014		3839.79	3,839.79	OBRA PARALIZADA	SINFRA	4325-0/2014	1757-8/2014	12/04/2014
reajuste 7ª	01.05.2014 a 31.05.2014		5360.17	3,782.19		SINFRA	4325-0/2014	1758-6/2014	12/04/2018
reajuste 8ª	01.06.2014 a 30.06.2014		3839.79	3,839.79		SINFRA	4325-0/2015	1789-6/2014	13/04/2014
reajuste 9ª	01.07.2014 a 31.07.2014		3839.79	3,839.79		SINFRA	4325-0/2016	1798-5/2014	13/04/2014
reajuste 10ª	01.08.2014 a 31.08.2014		3839.79	3,839.79		SINFRA	4325-0/2017	1794-2/2014	13/04/2014
reajuste 11ª	01.09.2014 a 30.09.2014		3665.85	3,665.85		SINFRA	4325-0/2018	1769-1/2014	13/04/2014

Embora o Contrato nº 022/2013, que seria o objeto de fiscalização pela empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, estivesse suspenso, a SINFRA liberou a Ordem de Serviços no dia 06.11.2013. Assim, durante seis meses (de 07.11.2013 a 30.04.2014) a SSM Consultoria recebeu sem a efetiva prestação dos serviços.

Diante dessa irregularidade, esta Corte de Contas através do Acórdão nº 233/2019-TP, determinou a instauração de Tomada de Contas Ordinária com fins de apurar possíveis danos ao erário estadual, em decorrência da inexecução de serviços pela empresa SSM Consultoria, Projetos Ltda, durante a vigência do Contrato nº 241/2013.





**Assim, em 31.05.2019 foi instaurada a T.C.O nº 171263/2019<sup>9</sup>.**

Durante os trabalhos de fiscalização e elaboração da TCO nº 171263/2019 a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas constatou que houve pagamentos à empresa no período em que a obra objeto do Contrato nº 022/2013 estava paralisada, no montante de **R\$ 995.619,85**.

Assim, com base nas informações que constam na TCO nº 171263/2019, foram efetuados pagamentos à empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, do período de 07.11.2013 à 30.09.2014. Entretanto, no período de 07.11.2013 à 30.04.2014, as obras aeroportuárias de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio e estacionamento de aeronaves do aeroporto Maestro Marinho Franco, que é o objeto do Contrato nº 022/2013 **estavam paralisadas**.

A empresa responsável pela execução do Contrato nº 022/2013 (ENSERCON) somente retomou os serviços em 01.05.2014. Assim sendo, as irregularidades nas medições e pagamentos sob responsabilidade da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda poderiam ser apenas sobre as ocorridas entre o período de 01.05.2014 à 30.09.2014.

Entretanto, a omissão da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda em executar os serviços contratados por meio do Instrumento Contratual nº 241/213 contribuiu para que irregularidades por pagamentos de serviços não executados até a 4ª medição, continuasse a ocorrer por ocasião das 5ª e 6ª medição.

Ao receber a Ordem de Serviço no dia 07.11.2013, o primeiro ato da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda era requerer e analisar as planilhas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª medição.

---

<sup>9</sup> **171263-2019 - Tomada de Contas Ordinária** instaurada por força do Acórdão nº 233/2019-TP, que como objeto apurar possível prejuízo ao erário na execução do Contrato nº 241/2013, celebrado entre a SETPU e a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda., que tratou da execução de serviços de supervisão da obra aeroportuária de ampliação da pista de pouso e decolagem, pista de táxi, pátio e estacionamento do aeroporto de Rondonópolis.







Do dia 07.11.2013 ao dia 30.04.2014, período em que a obra objeto do Contrato nº 22/2013 esteve paralisada, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda teve tempo suficiente para que, com base na 4ª planilha de medição constatar todos os serviços efetivamente executados pela empresa ENSERCON. A título exemplificativo, tem-se a medição do item **6.3 – Cerca de Alambrado – Conforme Projeto**. Esse item, de acordo com a planilha orçamentária, possuía o valor global de **R\$ 1.255.910,69**, para execução de 7.285,71 m de cerca. Porém, esse item foi medido em três etapas:

- ✓ na 1ª Planilha de Medição foi medido 1.460 m de cerca no valor de R\$ 251.674,80;
- ✓ na 2ª Planilha de Medição foi medido 1.730 m de cerca no valor de R\$ 298.217,80; e,
- ✓ na 3ª Planilha de Medição foi medido 4.095,71 m de cerca no valor de R\$ 706.18,49.

Ou seja, até a 3ª medição, o item 6.3 já havia sido pago 100%, porém, no dia 07.11.2013, data que a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda recebeu a Ordem de Serviço do Contrato nº 241/2013, não havia nenhum metro de cerca construído. Mesmo diante dessa grave irregularidade, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda manteve-se inerte, permitindo que fossem realizadas as 5ª e 6ª medições, que culminaram ao pagamento no valor total de **R\$ 2.988.595,02**.

A empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, tinha o dever de comunicar à SINFRA, o fato ocorrido, para que na 4ª medição fosse glosado o valor de **R\$ 1.255.910,69**, porém, não o fez.

O item 3.4 da planilha orçamentária previa a execução de 109.164,8 m² de Imprimação, ao valor global de R\$ 151.739,07. Esse item também foi medido 100% por ocasião da 6ª Planilha de Medição. Entretanto, em agosto de 2014, ocasião da 1ª inspeção *in loco* no Aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura, acompanhada pelos representantes da empresa ENSERCON, Sr. Edemar Alves Botelho (sócio proprietário) e Estevão Damião de Almeida (engenheiro) constatou que o item 3.4 da planilha orçamentária (imprimação) havia sido executado parcialmente.





Constatou-se, naquela ocasião, conforme demonstrado pelo quadro ao lado, que havia sido executado serviço de imprimação apenas na pista de pouso na parte ampliada (45 m de largura por 417 m de comprimento) e em parte da pista de taxiamento (entre estacas 47 e 77, com 19 m de largura por 600 m de comprimento), totalizando 30.165 m<sup>2</sup>.

Conforme consta no Relatório Preliminar da RNI (Doc. 162701/2014 – fl. 12/38 – Control-P), a área total em que deveriam ser executados serviços de pavimentação foi orçada em 109.164,80 m<sup>2</sup>, porém, analisando o projeto básico, constatou-se que essa área era assim compreendida:

Item	Comprimento (m)	Largura (m)	Área (m <sup>2</sup> )
Pista de pouso (ampliação lateral)	1.850,00	15,00	27.750,00
Pista de pouso (ampliação longitudinal)	417,00	45,00	18.765,00
Pista de taxiamento	2.394,00	19,00	45.486,00
		<b>TOTAL</b>	<b>92.001,00</b>

Ou seja, por ocasião da elaboração da planilha orçamentária, a Administração orçou a maior o quantitativo de 17.163,80 m<sup>2</sup>, conseqüentemente, essa metragem a maior influenciou no quantitativo do item imprimação. Dessa forma, considerando uma área de 92.001 m<sup>2</sup>, tendo sido executado 30.165 m<sup>2</sup>, pode-se afirmar que por ocasião da 6ª medição, havia sido executado apenas **32,78%**, da área total. Entretanto, na 6ª medição foi medido 100% do item.



Assim, considerando que o preço unitário desse item foi orçado em R\$ 1,39, o preço de 30.165 m<sup>2</sup> seria de R\$ 41.929,35. Ou seja, foi medido e pago a importância de R\$ 109.809,72, à maior.

Essa irregularidade ocorreu na 6ª medição, quando efetivamente a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda deveria estar em plena atividade na execução do seu *mister*, porém, permitiu que fosse medido serviços não executados.





Foi constatado em agosto de 2014, que embora não existisse qualquer execução do item 3.5 – Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, até a 6ª medição já havia sido medido o quantitativo de 20.025,60 m³, equivalente ao valor de R\$ 1.244.591,04.

Esse item foi medido na 4ª, o valor de R\$ 362.757,12; na 5ª medição, o valor de R\$ 530.508,42; e na 6ª medição, o valor de R\$ 351.325,49. Ou seja, do total de 56.271,216 m³ contratado, até a sexta medição foi medido e pago o total de 35,58% do contratado, entretanto, não havia sido executado nenhum m³ desse item.

Assim como aconteceu com o item imprimação, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda teve a oportunidade de, na 5ª medição, corrigir o pagamento irregular ocorrido na 4ª medição, porém, foi omissa, permitindo ainda que o item fosse medido nas 5ª e 6ª medição, mesmo sem a execução do serviço, aumento ainda mais o valor do superfaturamento.

De acordo com a planilha orçamentária contratada, o item 4.0 – DRENAGEM, os subitens 4.2, 4.3 e 4.4 estavam assim distribuídos.

item	Descrição do item	medida	quantidade	Preço unitário – R\$	Preço total
4.2	Dissipador de Energia - p/ Descida D'água	und	2,000	229,24	458,48
4.3	Dissipador de Energia	und	1,000	2816,44	2.816,44
4.4	Descida D'água Aterros em Degraus - DAD 01 AC/BC	m	235,000	114,36	26.874,60
TOTAL MEDIDO E PAGO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO					<b>30.608,00</b>

Na 5ª medição foram medidos 100% dos itens 4.3 e 4.4 e, 50% do item 4.2. Já na 6ª medição, mediu-se 50% do item 4.2. Dessa forma, na 5ª e 6ª medição, que já estava sob supervisão da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, esses itens foram medidos em 100%.





Durante a inspeção *in loco* realizada em agosto de 2014, constatou-se que haviam sido executados apenas os itens 4.5 e 4.5 da planilha orçamentária, que se refere aos serviços de: Valas Retangulares de Concreto (0,80m x 0,80m x 0,70m) e Valas Retangulares de Concreto (0,80m x 0,80m x 1,00m), respectivamente, conforme demonstrado pelo quadro que segue.



Assim, resta configurado que a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, foi omissa em permitir que fosse medido serviços, que sabidamente não haviam sido executados.

No item 6.0 – OBRAS COMPLEMENTARES E EQUIPAMENTOS, da planilha orçamentária contratada, consta os sub itens 6.1 e 6.2, que estavam assim distribuídos.

item	Descrição do item	medida	quantidade	Preço unitário – R\$	Preço total
6.1	Hidrossemeadura	m²	134.375,480	1,27	170.656,85
6.2	Enleivamento	m²	20.000,000	7,45	149.000,00
TOTAL MEDIDO E PAGO ATÉ A 6ª MEDIÇÃO					<b>319.656,85</b>

Durante a inspeção realizada em agosto de 2014, constatou-se que esses dois itens não foram executados, porém, a medição desses itens ocorreu na 6ª medição, ocasião em que a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda estava efetivamente prestando serviços de supervisão e não poderia ter permitido que essa irregularidade ocorresse.

Assim, em função da omissão e desleixo com a coisa pública, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda tem responsabilidade solidária pelos serviços medidos e pagos, sem que fossem executados pela empresa ENSERCON, detentora do Contrato nº 22/2013. A empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda teve por ocasião da 5ª e 6ª medição, oportunidade de reduzir os danos, que naquela ocasião já eram







estimados em aproximadamente **R\$ 3.276.230,21**, porém, ao contrário, contribui para que esse dano alcançasse o valor de **R\$ 7.190.590,46**.

## VI. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS À CERCA E ALAMBRADO

Conforme consta no relatório preliminar da RNI que originou esta TCO (Doc. 162701/2014 – Control-P) a SETPU efetuou o pagamento no valor total de **R\$ 1.255.910,69**, relativo ao item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto. Esse pagamento ocorreu de forma fracionada na 1ª, 2ª e 3ª medição, nos valores de R\$ 251.674,80, R\$ 298.217,40 e R\$ 706.018,49, respectivamente.

Entretanto, durante a inspeção *in loco* realizada no mês de agosto de 2014 pela equipe de auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas, constatou-se que os serviços relativos a esse item não haviam sido executados.

Por ocasião da 7ª medição (corretiva) datada de 14.10.2014 e assinada pelo engenheiro fiscal Sr. Pedro Maurício Mazzaro, foi realizada medição negativa do item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto, no valor de R\$ 1.255.910,69.

Em 30.12.2014, com o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2013, o valor do item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto, sofreu um acréscimo no valor de R\$ 108.649,40, passando o valor global para **R\$ 1.364.560,08**.

Na 11ª medição, datada de 01.02.2017 e assinada pelo engenheiro fiscal, Sr. Paulo Roberto Machado Gomes, foi medido o valor de **R\$ 1.364.560,08**, relativo ao item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto.

Embora nessa ocasião não tenha ocorrido pagamento em espécie, desse item à empresa ENSERCON, o que se buscou com essa 11ª medição foi reduzir o valor do dano causado ao erário por pagamentos indevidos, no valor de R\$ 1.255.910,69, abatendo-se, ao final, do saldo de serviços não executados.

Em 04.04.2018, durante a inspeção *in loco* a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas vistoriou os serviços relativos ao item 6.3 - Cerca e





alambrado – Conforme projeto. Entretanto, constatou-se, que devido à má execução dos serviços e à presença de patologias, houve a necessidade de intervenção da Prefeitura Municipal para realizar diversos reparos na cerca, conforme demonstrado pelas fotos que seguem:

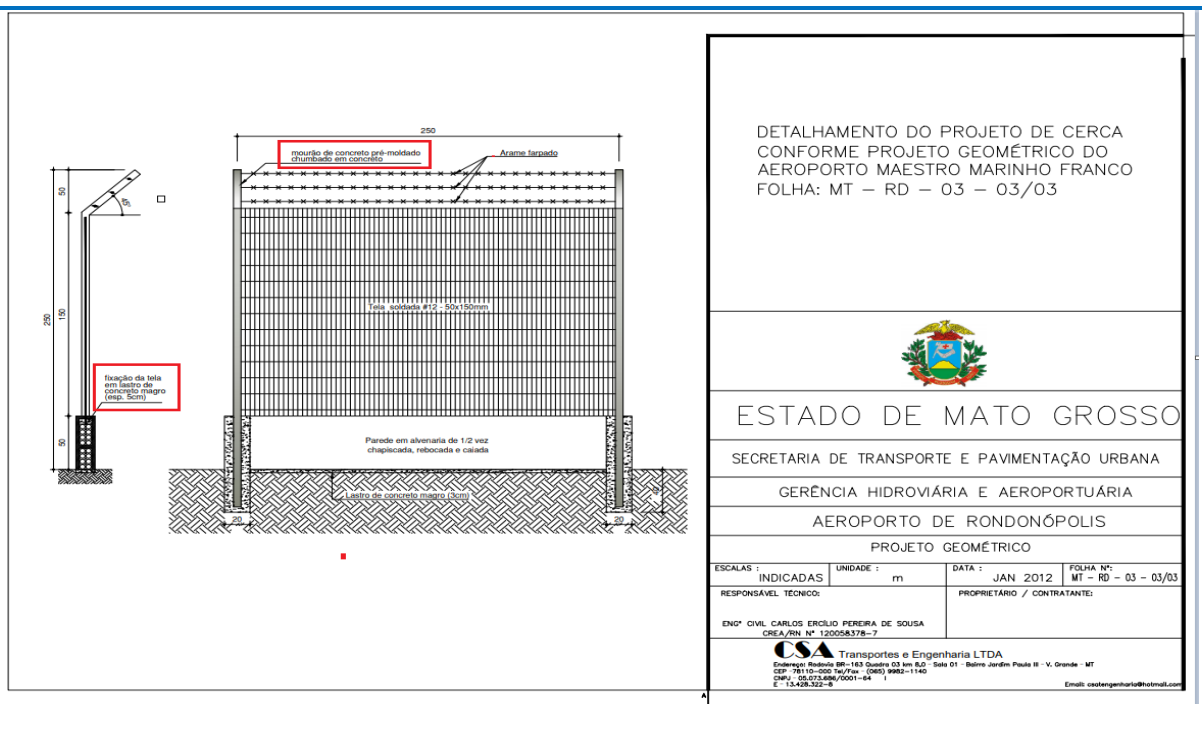


Coordenada Geográfica: 16°34'32.9" S 54°43'15.8" W



Coordenada Geográfica: 16°35'51.0" S 54°43'42.8" W

Durante a inspeção *in loco* constatou-se que a mureta de proteção teve que ser reconstruída devido a falha na execução dos pilares de sustentação das telas, que de acordo com o detalhamento do projeto, os mourões deveriam ser chumbados em concreto enterrado em uma profundidade de 40cm. Já a tela, deveria ser chumbada em um concreto magro de 5 cm, sobre a parede de alvenaria.







Porém, pelos quadros que seguem constata-se que esses dois itens deixaram de ser executados na execução da cerca.



Coordenada Geográfica: 16°34'38.7" S 54°43'15.8" W







Na fixação dos mourões, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura realizou testes de perfuração em vários locais e constatou que a empresa que executou a cerca não utilizou concreto para chumbar os mourões.

Durante a inspeção *in loco*, também foi constatado que a empresa não fixou a tela em lastro de concreto magro de 5cm sobre a mureta, conforme demonstrado pelos quadros a seguir:



A exigência da fixação da a tela de alambrado na mureta não é simplesmente por questão de estética. A fixação da tela de alambrado na mureta visa dar maior proteção e isolamento da área do aeroporto. Porém, da forma como foi construído, **não há segurança**.

**Diante dessas constatações, não se justifica validar qualquer medição para a empresa ENSERCON, por meio desta T.C.O ou, por meio de outro Processo Administrativo à empresa TRIPOLO. Qualquer pagamento que se faça em relação ao item 6.3 – CERCA E ALAMBRADO – CONFORME PROJETO, estará pagando por um serviço que foi executado fora do projeto contratado, bem como estará contribuindo**







**para aumento do dano, considerando que esse item já foi pago no valor de R\$ 1.255.910,69 à ESERCON e esta não devolveu o valor recebido.**

## **VII. DOS ACHADOS DE AUDITORIA**

Conforme relatado, as irregularidades relacionadas à “execução dos serviços de ampliação e pavimentação do aeroporto de Rondonópolis-MT” não foram efetivamente sanadas, dessa forma não houve a efetiva retomada da obra objeto do IC nº 022/2013.

Através da DECISÃO Nº 71, de 22.05.2019, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC – homologou o resultado do processo licitatório do Leilão nº 1/2018, relativo à Concessão dos aeroportos integrantes do Bloco Centro Oeste, dentre o qual inclui-se o Aeroporto Maestro Marinho Franco, de Rondonópolis-MT. O responsável pela Concessão do Bloco Centro Oeste é o Consórcio Aeroeste.

Assim, considerando a Concessão do Aeroporto Maestro Marinho Franco à iniciativa privada, bem como que os serviços prestados pela empresa ENSERCON foram de forma inadequada e insuficiente e, diante da inexistência de condições econômicas para prestar o serviço, pode-se afirmar que o Contrato nº 22/2013 encontra-se com prazo de vigência vencido desde **17.04.2018**, conforme 2º Termo Aditivo de Prazo.

A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas realizou três inspeções *in loco* no aeroporto Maestro Marinho Franco, analisou todos os documentos encaminhados pela SINFRA, bem como analisou os dois relatórios emitidos pela Supervisora Consórcio LRB – Esteio, porém chegou à conclusão que nenhuma das medições retificadoras reduziu efetivamente o Dano ao Erário decorrente da inexecução de serviços que foram pagos ou pelos serviços executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico.

Conforme já exposto nos autos, foram realizados os pagamentos de 6 (seis) medições no montante de **R\$ 11.607.793,61** (onze milhões, seiscentos e sete mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), sendo a última referente ao mês de julho de 2014. Entretanto, as medições retificadoras indicadas pela SINFRA não tiveram qualquer reflexo financeiro que pudesse reconstituir o patrimônio do Estado de Mato Grosso pelo dano





causado pela empresa ENSERCON, com a conivência de servidores públicos da antiga SETPU.

A 1ª medição retificadora (7ª medição) no valor de **R\$ - 3.912.073,32** (três milhões, novecentos e doze mil, setenta e três reais e trinta e dois centavos) ocorrida em 14.10.2014, bem como a 10ª medição, no valor **R\$ -234.697,96** (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) foram apenas documentais, sem qualquer devolução de valores ao Estado ou pela reexecução de serviços de acordo com as Normas Técnicas e Projeto Básico.

Ademais, em Maio/2018 a Supervisora Consórcio LBR – Esteio elaborou o Relatório RTS5MT165718 por meio do qual apresentou outra proposta de medição revisora do IC nº 022/2013 no valor de **R\$ -3.043.820,75** (três milhões, quarenta e três mil, oitocentos e vinte reais e setenta e cinco centavos a restituir), conforme fls. 29/32 do Doc. nº 173153/2018 – Control-P. Esse relatório emitido pelo Consórcio LBR – Esteio, não desprezou os valores da 7ª medição e 10ª medição.

No o Relatório RTS5MT165718 o Consórcio LBR – Esteio concluiu que o valor devido pelos serviços efetivamente prestados pela empresa ENSERCON foi no valor de **R\$ 4.417.201,58** (quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil, duzentos e um reais e cinquenta e oito centavos).

Porém, nesses cálculos o Consórcio LBR – Esteio, não levou em consideração a importância de **R\$ 327.860,52**, paga a maior por ocasião dos pagamentos dos reajustamentos das seis medições, conforme descrito no item 3.6 deste relatório.

**Após a análise das duas medições retificadoras bem como do Relatório RTS5MT165718 elaborado pela Supervisora Consórcio LBR – Esteio, esta equipe técnica apurou um efetivo Danos ao Erário no valor de R\$ - 7.518.052,55 (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) em decorrência do pagamento de serviços não executados/executados em quantidades inferiores àquelas efetivamente medidas e pagas, e/ou pagamento de serviços executados em desconformidade com os padrões técnicos aceitáveis.**





Para efeito dos achados de auditoria, eles serão divididos em irregularidades durante o processo licitatório e durante a execução do objeto do Contrato nº 022/2013.

Assim sendo, a equipe técnica fará referência sempre aos relatórios técnicos que já constam nestes autos especificamente os relatórios: Doc. 162701/2014 e Doc. 174219/2014 – CONTROL-P.

**7.1. ACHADO 1:** o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, que subsidiou a referida contratação (Concorrência nº 15/2012) dos itens 1.6, 1.7, 1.8, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 4.569.969,16, sem as correspondentes composições de preços unitários, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93.

**IRREGULARIDADE: GB11 – Licitação.** Deficiência do projeto básico (artigos 6º, IX e X, 7º e 12 da Lei 8.666/1993).

#### **7.1.1. Situação encontrada**

A SETPU, através do titular da Gerência Aeroportuária e Hidroviária, engenheiro **José Carlos Ferreira da Silva**, orçou os serviços a serem licitados, no processo licitatório Concorrência nº 15/2012, indicando na planilha como fonte o Boletim de Preços de Obras Rodoviárias da SETPU referente a setembro de 2011, conforme se vê no ANEXO 1 do Relatório Preliminar (Doc. 162701/2014 – Control-P). O total orçado para fins da Licitação foi de R\$ 20.966.848,31. (vinte milhões, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos).

Entretanto, comparando os preços orçados pela SETPU com os do mencionado Boletim, bem como com preços de derivados de petróleo da ANP (Agência Nacional do Petróleo) de setembro de 2011, a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura do TCE/T constatou as seguintes irregularidades:

a) Os itens 1.1 a 1.5 da planilha, no montante de R\$ 75.691,12, foram referenciados à unidade de medição verba (vb), o que não se admite em vista da obscuridade





que tal forma de orçar contém em seu bojo. Os serviços deveriam ter sido referidos em unidade certa e determinada, como por exemplo m<sup>2</sup>, Km, Kg etc. Assim, a Administração deveria ter demonstrado como chegou nesses preços. A ausência das composições de preços unitários indica projeto básico deficiente em vista do disposto no artigo 7º, inciso II, c/c o seu § 6º, ambos da lei nº 8.666/93, o que poderia implicar em nulidade do certame e do respectivo contrato, com responsabilização de quem lhe deu causa, no caso o orçamentista acima referido. Tal fato caracteriza, em tese, a irregularidade de natureza grave, classificada por este Tribunal como GB-11.

O TCU em decisões do seu plenário, v. Acórdãos 2.373/2013 e 3.210/2013, ambos do relator Raimundo Carreiro, assim se manifestou a respeito:

9.1.5.A adoção da unidade de medida verba para os itens de serviço Remoção de Interferências e Mobilização e Desmobilização de canteiro de obras identificados no edital da concorrência 12/2010- SEHAB fere o disposto no artigo 7º, §º, inciso II, e § 4º e o artigo 6º, inciso IX, alínea f, da lei 8.666/93 bem como a Súmula TCU 258/2010 (AC 2.373/2013-P).

9.5.1. se abstenha, em futuros empreendimentos, de utilizar da unidade "verba" para serviços que puderem ter suas quantidades medidas (AC 3210/2013-P).

b) Constatou-se ainda, outros itens da planilha da Administração que não possuem correspondência no referido Boletim na planilha orçamentária (itens 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 3.9 a 3.12, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27), no montante de R\$ 5.597.674,65, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93.

A Administração deverá demonstrar como chegou à composição desses preços. Sobre o tema, o TCU, no v. Acórdão nº 2078/2007-P, relator Ministro Augusto Sherman, assim se pronunciou:

9.3.1 (...) Apresentação da composição dos custos unitários da planilha orçamentária, assim como de todos os elementos de convicção para formação dos preços praticados, tais como distância de transporte, produtividade, bota-fora, entre outros, os quais devem ser levados em conta na referida análise a qual deve ser adequadamente documentada.

#### **7.1.2. Critério de auditoria**

- ✓ Art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.
- ✓ Acórdão 2078/2007-P, do TCU.







- ✓ Acórdãos nº 2.373/2013 e nº 3.210/2013 do TCU.

### 7.1.3. Evidências

- ✓ Planilha orçamentária da Administração.

### 7.1.4. Efeitos reais e potencial

Dano ao erário.

### 7.1.5. Responsáveis/qualificação

**Engenheiro José Carlos Ferreira da Silva** – Gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária da SETPU

#### 7.1.1.1. Conduta

**a) Especificar** os seguintes itens da planilha orçamentária sem unidade de medição: Itens 1.1 a 1.5 da planilha orçamentária referenciados à unidade de medição destituída de significado (verba), no montante de R\$ 75.691,12.

**b) Orçar** os seguintes itens sem a composição de preços unitários, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93: Itens 1.6, 1.7, 1.8, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 5.597.674,65, sem as correspondentes composições de custos unitários.

#### 7.1.1.2. Nexô de Causalidade

A conduta do engenheiro orçamentista impediu a Controle efetivo sobre a correta formação dos preços dos itens 1.6, 1.7, 1.8, 2.1, 2.3, 3.9 a 3.12, 4.5, 4.6, 6.4, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, bem como dos itens 1.1. a 1.5 da planilha orçamentária.

#### 7.1.1.3. Culpabilidade

A irregularidade apontada não trata de tema controvertido ou polêmico, existindo inclusive decisões reiteradas do TCU, o que exigiria conduta diversa do agente.





**7.2. ACHADO 2:** o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, com preços superiores ao preço praticado no mercado.

**IRREGULARIDADE: GB06 - Licitação. Realização de processo licitatório ou contratação de bens e serviços com preços comprovadamente superiores aos de mercado – sobrepreço (art. 37, caput, da Constituição Federal e art. 43, IV, da Lei 8.666/1993).**

### 7.2.1. Situação encontrada

A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura do TCE/MT constatou que, excluindo os itens referidos nas alíneas “a” e “b” do Achado 1, calculando os demais serviços com base no Boletim mencionado, bem como com preços de derivados de petróleo da ANP (Agência Nacional do Petróleo) de setembro de 2011, encontrou-se o montante de R\$ 12.611.304,34 (doze milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme ANEXO 2 (Doc. 162701/2014 – Control-P). Porém, a Gerência Aeroportuária e Hidroviária da SETPU obteve para esses mesmos itens o valor de R\$ 16.229.364,11, (dezesseis milhões, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e onze centavos) evidenciando sobrepreço de R\$ 3.618.059,77 (três milhões, seiscentos e dezoito mil, cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) (ou 28,7%).

A equipe técnica constatou um sobrepreço de até 434,6% (item 3.4, imprimação), cabendo destacar que no item 3.3 da planilha orçamentária (Base de Brita Graduada BC - Conforme Especificação), ocorreu não apenas sobrepreço em relação ao Boletim, como também em relação ao quantitativo, pois enquanto a planilha orçamentária indica 21.046,480 m<sup>3</sup> de brita, pelo projeto chega-se a menos da metade desse valor (10.318,20 m<sup>3</sup>).

O referido ANEXO 2, parte integrante do relatório preliminar da RNI, demonstra esses achados, os quais constituem, em tese, a irregularidade de natureza grave, classificada por este Tribunal como GB 06, que é de responsabilidade do titular da Gerência Aeroportuária e Hidroviária, engenheiro José Carlos Ferreira da Silva.





#### 7.2.2. Critério de auditoria

- ✓ Artigo 43, IV, da Lei nº 8.666/93.

#### 7.2.3. Evidências

- ✓ Planilha orçamentária da Administração.

#### 7.2.4. Efeitos reais e potencial

Dano ao erário.

#### 7.2.5. Responsáveis/qualificação

**Engenheiro José Carlos Ferreira da Silva** – Gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária da SETPU

##### 7.2.9.1. Conduta

Orçar itens da planilha orçamentária com preços acima do Boletim de Preços de Obras Rodoviárias da SETPU de setembro de 2011, existindo variação de até 437,3%, causando um sobrepreço geral de R\$ 3.618.059,77 (ou 28,7%).

##### 7.2.9.2. Nexo de Causalidade

A conduta do Gerente levou à SETPU a realizar uma contratação de obra com sobrepreço, contribuindo para o dano ao erário estadual.

##### 7.2.9.3. Culpabilidade

Em tese, tal conduta afasta a boa-fé do agente, pois os preços existentes no Boletim de Preços do próprio Órgão são manifestamente inferiores aos adotados no orçamento que subsidiou o processo licitatório.

**7.3. ACHADO 3:** os engenheiros designados para acompanhar e fiscalizar a execução da obra objeto do Contrato nº 22/2013 foram ineficientes no exercício do seu *mister*.

**IRREGULARIDADE: H15. Contrato. Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993).**





### 7.3.1. Situação encontrada

A equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura do TCE/MT constatou omissão por parte dos engenheiros devidamente responsáveis pela fiscalização da obra, permitindo que serviços fossem executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico, bem como inserindo em planilha de medições serviços que sabidamente tinham conhecimento que não foram executados, conforme descrito no item III e VI deste relatório.

### 7.3.2. Critério de auditoria

- ✓ Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

### 7.3.3. Evidências

- ✓ Planilha orçamentária da Administração.
- ✓ Inspeção *in loco*.
- ✓ Relatório RTS5MT165718 emitido pelo Consórcio LBR – Esteio.

### 7.3.4. Efeitos reais e potencial

Dano ao erário.

### 7.3.5. Responsáveis/qualificação

**Esmeraldo Teodoro de Mello e Pedro Maurício Mazzaro** – Engenheiros Fiscais designados pela SETPU

#### 7.3.5.1. Conduta

**Executar** com desleixo e ineficiência o *mister* designado pelas Portarias que os designaram como fiscais responsáveis pelo Contrato nº 022/2013, permitindo que a empresa ENSERCON executasse serviços em desacordo com as Normas Técnicas, bem como ao contrário do que estava previsto no projeto básico.

#### 7.3.5.2. Nexa de Causalidade

A conduta omissiva dos engenheiros realizando medições de serviços executados em desacordo com o projeto básico e às normas técnicas, conforme consta no







Relatório RTS5MT165718 emitido pelo Consórcio LBR – Esteio, levou à SETPU a realizar pagamentos indevidos à empresa ENSERCON.

#### 7.3.5.3. Culpabilidade

Em tese, tal conduta afasta a boa-fé dos dois engenheiros, como profissionais de engenharia, tinham o poder/dever de não medir serviços executados em desacordo com o projeto básico e às normas técnicas, conforme consta no Relatório RTS5MT165718 emitido pelo Consórcio LBR – Esteio.

**7.4. ACHADO 4:** realização de medições de serviços sabidamente não executados, conforme demonstrado na planilha da 7ª medição, da 10ª medição e da 11ª medição, no valor total de R\$ 7.190.592,03, que tinham conhecimento de que não foram executados ou foram executados em desacordo com as normas técnica e projeto básico.

Realização de medições de reajustamento de preços calculados sobre parcelas de serviços não executados ou executados em desacordo com as normas técnicas, conforme consta nas planilhas das 7ª, 10ª e 11ª medições, no valor total de **R\$ 327.860,52**.

**IRREGULARIDADE: JB03 – Despesa. Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964 e artigos 55, § 3º e 73 da Lei 8.666/1993).**

#### 7.4.1. Situação encontrada

Conforme demonstrado no item 3.4, 3.5, 3.6 e VI deste relatório, os engenheiros **Esmeraldo Teodoro de Mello** e **Pedro Maurício Mazzaro** ( Engenheiros Fiscais designados pela SETPU) fizeram constar nas planilhas da 1ª a 6ª medição, serviços que sabidamente não tinham sido executados pela empresa ENSERCON, por força do Contrato nº 22/2013, ou foram executados em desacordo com as normas técnicas e contrários ao Projeto Básico.

Conforme demonstrado pela PLANILHA CONSOLIDADA elaborada pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas (Doc. ANEXO – em EXCEL – Control-P), bem como pelo Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio





(Doc. nº 152872/2020; 152873/2020; e 152874/2020 – Control-P), já demonstrado no item 3.5 deste relatório, o valor do dano causado pelos dois engenheiros foi no valor total de **R\$ 7.190.592,03** (sete milhões, cento e noventa mil, quinhentos e noventa e dois reais e três centavos).

Ainda foi constatado pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas – TCE/MT (conforme descrito no item 3.6 deste relatório) que em 06.08.2014 foram efetuados pagamentos à empresa ENSERCON, conforme descrito pelo quadro a seguir, a importância de R\$ 526.734,03 (quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e quatro reais e três centavos), a título de medições de reajustamento.

FINANCEIRO - MEDIÇÕES A P I + REAJUSTAMENTO			
MEDIÇÕES	VALOR A P I	REAJUSTE	VALOR P I + R
1ª Medição	1.415.417,21	68.952,55	1.484.369,76
2ª Medição	1.595.457,27	72.182,69	1.667.639,96
3ª Medição	2.008.099,70	90.829,76	2.098.929,46
4ª Medição	3.600.224,34	87.482,76	3.687.707,10
5ª Medição	1.992.974,90	146.584,90	2.139.559,80
6ª Medição	955.620,19	60.701,37	1.016.321,56
TOTAL	11.567.793,61	526.734,03	12.094.527,64
Saldo Contratual a preços iniciais			9.325.119,53

Entretanto, para apuração do valor de R\$ 526.734,03, o engenheiro fiscal, Sr. Pedro Maurício Mazzaro não desconsiderou os valores pagos à maior pelos serviços não executados ou executados e desacordo com as normas técnicas e contrário ao projeto básico. Assim, foi constatado um pagamento a maior no valor de R\$ 327.860,52 (trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos).

#### 7.4.2. Critério de auditoria

- ✓ art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964.
- ✓ artigos 55, § 3º e 73 da Lei 8.666/1993.

#### 7.4.3. Evidências

- ✓ Planilha orçamentária da Administração.
- ✓ Inspeção *in loco*.





- ✓ Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio
- ✓ Planilhas da 7ª, 10ª e 11ª medição.

#### 7.4.4. Efeitos reais e potencial

Dano ao erário no valor total de **R\$ 7.518.452,55**.

#### 7.4.5. Responsáveis/qualificação

**Esmeraldo Teodoro de Mello e Pedro Maurício Mazzaro** – Engenheiros Fiscais designados pela SETPU; e,

**Cinésio Nunes de Oliveira** – ex-Secretário de Estado da SETPU.

##### 7.4.5.1. Conduta

**Medir** itens da planilha orçamentária, que sabidamente tinham conhecimento que os serviços não haviam sido executados, causando dano ao erário no valor de **R\$ 7.518.452,55**.

**Permitir** que fossem realizados pagamentos de despesas ilegítimas que constavam nas planilhas elaboradas pelos engenheiros designados para fiscalizar a obra objeto do Contrato nº 22/2013, possibilitando a ocorrência de um dano ao erário estadual no valor **R\$ 7.518.452,55**.

##### 7.4.5.2. Nexo de Causalidade

A conduta omissiva dos engenheiros realizando medições serviços executados em desacordo com o projeto básico e às normas técnicas, conforme consta no Relatório RTS5MT165718 emitido pelo Consórcio LBR – Esteio, causou dano ao erário estadual no valor de **R\$ 7.518.452,55**. Já o Sr. **Cinésio Nunes de Oliveira** – ex-Secretário de Estado da SETPU, na função de Secretário de Estado da SETPU e Ordenador Nato de Despesas também é responsável por culpa *in vigilando* e *in eligendo*.

##### 7.4.5.3. Culpabilidade

Em tese, tal conduta afasta a boa-fé dos dois engenheiros, tendo em vista que como profissionais de engenharia, tinham o poder/dever de não medir serviços executados em desacordo com o projeto básico e às normas técnicas, conforme consta no Relatório





RTS5MT165718 emitido pelo Consórcio LBR – Esteio. Já o Secretário Sr. Cinésio Nunes de Oliveira, também é responsável pelo dano ao erário estadual no valor de R\$ 7.518.452,55, pois cabe a ele eleger os servidores de sua confiança, para o exercício de fiscal de obra.

**7.5. ACHADO 5:** a empresa contratada como supervisora, através do Contrato nº 241/2013, não alertou a SETPU sobre itens medidos e sabidamente não executados pela empresa ENSERCON, constituindo liquidação indevida de despesa. Ainda, em decorrência da inércia da empresa contratada como supervisora, serviços de pavimentação foram executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico.

**IRREGULARIDADE: H15. Contrato. Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993).**

#### 7.5.1. Situação encontrada

De acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada **por um representante da Administração especialmente designado**, permitida a contratação de **terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição**.” Entretanto, essa contratação não afasta a responsabilidade dos fiscais designados pela Administração Pública.

Conforme demonstrado no item V deste relatório, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda foi contratada para assessorar os engenheiros fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra objeto do Contrato nº 22/2013. Entretanto, constatou-se que a empresa foi omissa permitindo que serviços que não foram executados fossem medidos pelos engenheiros fiscais da obra objeto do Contrato nº 22/2013, inclusive que serviços fossem executados em desacordo com o projeto básico e normas técnicas.

Assim, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda tem responsabilidade solidária com os fiscais do Contrato nº 22/2013 pelos danos causados pela ENSERCON, por qualquer irregularidade na execução do referido contrato, **tendo em vista,**







**que a equipe técnica não constatou relatório técnico apontando falhas na execução do Contrato nº 22/2013, que pudesse elidir a responsabilidade da empresa.**

Por analogia, tem-se a seguinte decisão do TCE/MT:

**4.14) Contrato. Execução contratual. Fiscal de contrato. Acompanhamento e fiscalização da execução de objeto contratual. Comprovação de atuação.**

1. O fiscal de contrato administrativo deve acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, não podendo se limitar à análise formal da execução da despesa.
2. A efetiva atuação dos fiscais de contratos deve ser comprovada por meio de relatórios de acompanhamento da execução contratual, sendo insuficiente, para a comprovação, a mera designação formal.

(Contas Anuais de Gestão. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Acórdão nº 1.199/2014-TP. Julgado em 26/06/2014. Publicado no DOC/TCE-MT em 11/07/2014. [Processo nº 7.732-1/2013](#)).

Conforme demonstrado pela PLANILHA CONSOLIDADA elaborada pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas (Apenso ao Doc. 152559/2020 – Control-P), bem como pelo Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio (Apenso ao Doc. 152559/2020 - CONTROL-P), já demonstrado no item 3.5 deste relatório, a empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda deve responder solidariamente com a ENSERCON, com os dois engenheiros e o Secretário de Estado, pelo dano causado ao Estado de Mato Grosso no valor total de **R\$ 7.190.592,03**.

Ainda, a empresa também deve ser responsabilizada, solidariamente, com a ENSERCON, os dois engenheiros e o Secretário de Estado, pelos valores pagos à maior pelos serviços não executados ou executados e desacordo com as normas técnicas e contrários ao projeto básico, que serviram de base para o reajustamento de planilhas de medições, conforme item 3.6 deste relatório, cujo dano foi no valor de **R\$ 327.860,52**.

Embora que, por ocasião das quatro primeiras medições para fins de pagamento à empresa ENSERCON, a empresa Supervisora SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda ainda não havia sido contratada para execução dos serviços de supervisão, era seu dever alertar a sua contratante que já havia sido medidos serviços que ainda não tinham sido





executados. Dessa forma, ficou demonstrado nos autos que sua omissão ocasionou prejuízos ao erário estadual no valor de **R\$ 7.518.452,55**.

#### **7.5.2. Critério de auditoria**

- ✓ artigos 67, da Lei 8.666/1993.

#### **7.5.3. Evidências**

- ✓ Inspeção *in loco*.
- ✓ Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio
- ✓ Planilhas da 7ª, 10ª e 11ª medição.

#### **7.5.4. Efeitos reais e potencial**

Dano ao erário no valor total de **R\$ 7.518.452,55**.

#### **7.5.5. Responsáveis/qualificação**

**SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda** – empresa contratada como supervisora.

##### **7.5.5.1. Conduta**

**Deixar de alertar à SETPU** sobre os itens que sabidamente tinha conhecimento que os serviços não haviam sido executados, causando dano ao erário no valor de **R\$ 7.518.452,55**.

##### **7.5.5.2. Nexso de Causalidade**

A conduta omissiva causou dano ao erário estadual no valor de **R\$ 7.518.452,55**.

##### **7.5.5.3. Culpabilidade**

Em tese, tal conduta afasta a boa-fé da empresa, que durante todo período em que esteve acompanhando os engenheiros fiscais da obra, não emitiu nenhum relatório de alerta direcionada à SETPU.





**7.6. ACHADO 6:** A empresa Ensercon recebeu do erário estadual recursos que tinha conhecimento que não tinha direito, causando dano ao Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 7.518.452,55.

**IRREGULARIDADE: JB 99. Despesa.** Recebimento de valores com preços superfaturados por inexecução de serviços ou acima do valor contratado.

#### 7.6.1. Situação encontrada

Conforme demonstrado no item 3.4, 3.5, 3.6 e VI deste relatório, os engenheiros **Esmeraldo Teodoro de Mello** e **Pedro Maurício Mazzaro** ( Engenheiros Fiscais designados pela SETPU) fizeram constar nas planilhas da 1ª a 6ª medição, serviços que sabidamente não tinham sido executados pela empresa ENSERCON, por força do Contrato nº 22/2013, ou foram executados em desacordo com as normas técnicas e contrários ao Projeto Básico.

Conforme demonstrado pela PLANILHA CONSOLIDADA elaborada pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas (Apenso Doc. nº 152559/2020 - Control-P), bem como pelo Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio (Doc. nº 152559 - Control-P), já demonstrado no item 3.5 deste relatório, o valor do dano causado pelos dois engenheiros foi no valor total de **R\$ 7.190.592,03**.

Ainda foi constatado pela equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas – TCE/MT (conforme descrito no item 3.6 deste relatório) que em 06.08.2014 foram efetuados pagamentos à empresa ENSERCON, conforme descrito pelo quadro a seguir, a importância de R\$ 526.734,03, a título de medição de reajustamento.

FINANCEIRO - MEDIÇÕES A P I + REAJUSTAMENTO			
MEDIÇÕES	VALOR A P I	REAJUSTE	VALOR PI + R
1ª Medição	1.415.417,21	68.952,55	1.484.369,76
2ª Medição	1.595.457,27	72.182,69	1.667.639,96
3ª Medição	2.008.099,70	90.829,76	2.098.929,46
4ª Medição	3.600.224,34	87.482,76	3.687.707,10
5ª Medição	1.992.974,90	146.584,90	2.139.559,80
6ª Medição	955.620,19	60.701,37	1.016.321,56
TOTAL	11.567.793,61	526.734,03	12.094.527,64
Saldo Contratual a preços iniciais			9.325.119,53





Entretanto, para apuração do valor de R\$ 526.734,03, o engenheiro fiscal, Sr. Pedro Maurício Mazzaro não desconsiderou os valores pagos à maior pelos serviços não executados ou executados e desacordo com as normas técnicas e contrário ao projeto básico. Assim, foi constatado um pagamento a maior no valor de **R\$ 327.860,52**.

A responsabilização da empresa por recebimentos de serviços não executados (enriquecimento sem causa) tem previsão no artigo 884, do Código Civil e, nesse sentido o TCE/MT assim já decidiu:

**4.33) Contrato. Obras e serviços de engenharia pagos e não executados. Restituição.**

A realização de pagamentos por obras ou serviços de engenharia não executados implica para o beneficiário, nos termos do art. 884 do Código Civil, a obrigação de restituição ao erário do valor recebido indevidamente, tendo em vista o seu enriquecimento sem causa, sob pena de determinação de ressarcimento e aplicação de sanção pecuniária pelo Tribunal de Contas.

(Representação de Natureza Interna. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Acórdão nº 255/2015-PC. Julgado em 11/11/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 03/12/2015. [Processo nº 6.687-7/2011](#)).

Assim sendo, constata-se que a empresa ENSERCON Engenharia Ltda recebeu do erário estadual, de forma indevida o total de **7.518.452,55** (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

#### **7.6.2. Critério de auditoria**

- ✓ art. 37, caput, da Constituição Federal.
- ✓ art. 66 da Lei 8.666/1993.
- ✓ Acórdão nº 225/2015-PC – TCE/MT

#### **7.6.3. Evidências**

- ✓ Planilha orçamentária da Administração.
- ✓ Inspeção *in loco*.
- ✓ Relatório RTS5MT165718, emitido pelo Consórcio LBR – Esteio.
- ✓ Planilhas da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª medição.
- ✓ Planilhas da 7ª, 10ª e 11ª medição.

#### **7.6.4. Efeitos reais e potencial**

Dano ao erário estadual no valor total de **R\$ 7.518.452,55**.







#### **7.6.5. Responsáveis/qualificação**

**ENSERCON Engenharia Ltda** – Empresa contratada

##### **7.6.5.1. Conduta**

**Receber** do erário estadual o valor de **R\$ 7.518.452,55**. (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), por serviços não prestado ou medidos em valor acima do que foi contratado.

##### **7.6.5.2. Nexo de Causalidade**

Ser beneficiada por falhas dos engenheiros fiscais, ao receber valores com base em documentos que não demonstravam a efetiva prestação dos serviços.

##### **7.6.5.3. Culpabilidade**

Contribuiu para ocorrência de dano ao erário estadual no valor de **R\$ 7.518.452,55** (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

### **VIII. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR**

A Lei Orgânica deste Tribunal de Contas (Lei Complementar 269/2007), que entre outros assuntos, regulamenta os processos no âmbito desta Corte, no seu art. 82 autoriza o Relator a adotar medidas cautelares *inaudita altera pars*, ou seja, mesmo sem ouvir a parte contrária, quando a irregularidade constatada nos autos causar danos ao erário ou for passível o agravamento da lesão cometida.

Conforme relatado nestes autos, constata-se que ocorreram graves irregularidades na execução da obra de ampliação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis, causando um dano ao erário do Estado de Mato Grosso no valor de **R\$ 7.518.452,55**. (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

O dano no valor de R\$ 7.518.452,55 ocorreu por dois motivos:





- a) medição e pagamento de serviços não executados pela empresa ENSERCON;
- e,
- b) medição e pagamento de serviços executados em desconformidade com as normas técnicas e projeto básico pela empresa ENSERCON.

No decorrer dos trabalhos de fiscalização, para fins de instrução deste processo de Tomada de Contas Ordinária, os Auditores da SECEX de Obras e Infraestrutura desta Corte de Contas constataram que tramita na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, o **Processo nº 138635/2019**, protocolado naquela Secretaria em 27.03.2019, pelo qual a empresa CONSTRUTORA TRIPOLLO LTDA busca receber da SINFRA a importância de **R\$ 1.715.252,02**, sob alegação de que teria executado o *item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto*, que faz parte do Contrato 22/2013, objeto desta Tomada de Contas Ordinária.

Entretanto, conforme demonstrado no item VI deste relatório, a SETPU já efetuou o pagamento desse item à ENSERCON, de forma fracionada na 1ª, 2ª e 3ª medição, nos valores de R\$ 251.674,80, R\$ 298.217,40 e R\$ 706.018,49, respectivamente, totalizando o valor de **R\$ 1.255.910,68**.

Além desse valor, também foi efetuado à ENSERCON, os pagamentos dos valores de R\$ 13.540,10, R\$ 16.044,09 e R\$ 37.983,79, relativo ao reajustamento do item 6.3 – *Cerca e alambrado – Conforme projeto*, que haviam sido medidos e pagos na 1ª, 2ª e 3ª medição, respectivamente. Ou seja, relativo ao reajustamento das medições relacionadas exclusivamente a esse item, já foi pago à ENSERCON o valor total de **R\$ 67.567,98**.

Durante inspeção *in loco*, conforme descrito no item 2.1 deste relatório, os Auditores desta Corte de Contas constataram que os serviços previstos no item **6.3 não foram executados conforme previsto no Projeto e demonstrado no item VI deste relatório**. Inclusive, já houve a necessidade de intervenção por parte da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, para recuperar trecho da cerca de alambrado que havia ruído, justamente por falha executiva do construtor.





Assim, conforme demonstrado no item 6.3 deste relatório, mesmo os serviços não tendo sido executados de acordo com o Projeto, a empresa ENSERCON já recebeu da SINFRA, em espécie, o valor de **R\$ 1.323.48,66**.

Mesmo ocorrendo na 7ª medição (corretiva) a redução do valor de **R\$ 1.255.910,68**, efetivamente **não houve o retorno do “dinheiro” aos cofres do Estado**.

Além disso, a obra não foi finalizada e a empresa abandonou o canteiro de obras. Ou seja, a pretensa compensação de valores que se pretendia com a 7ª medição ficou somente no papel. A possibilidade da Empresa ENSERCON restituir os valores recebidos indevidamente, através da execução dos serviços ou mediante reembolso, se vê mais distante, tendo em vista que através dos autos do processo judicial nº 59123-32.2014.811.0041, a ENSERCON entrou em processo de recuperação judicial.

A realização de pagamento, de qualquer item da planilha orçamentária objeto do Contrato nº 22/2013, que não seja através desta Tomada de Contas Ordinária, **somente irá aumentar o dano ao erário estadual**. Assim sendo, não resta dúvida que a **MEDIDA CAUTELAR** se faz necessária, conforme prevê o regimento interno desta Corte de Contas:

Art. 297 No curso de qualquer apuração, o Tribunal Pleno ou o julgador singular poderá determinar medidas cautelares de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público de Contas ou de unidade técnica do Tribunal.

Art. 298 O Tribunal de Contas pode determinar as seguintes medidas cautelares:

IV. outras medidas inominadas de caráter urgente.

A concessão de Medida Cautelar visando que o atual Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso – SINFRA-MT se abstenha de realizar qualquer pagamento vinculado à obra objeto do Contrato nº 22/2013, visa prevenir o agravamento dos danos já causados pela empresa ENSERCON ao erário estadual.

Os requisitos exigidos para a concessão da cautelar são: o *periculum in mora*, traduzido na situação de perigo de que a demora na decisão cause um dano grave ou de





difícil reparação ao bem jurídico tutelado, e o *fumus boni iuris*, que nada mais é do que a verossimilhança do direito alegado, sendo necessário o preenchimento de ambos.

Desta forma, pode-se afirmar que o *periculum in mora* está configurado no estágio em que o Processo nº 138635/2019 se encontra na SINFRA, inclusive, com manifestação favorável para realização do pagamento, conforme demonstrado pelo Doc. nº 152878/2020 - Control-P.

Já em relação a possibilidade de aumentar o dano e prejuízo à administração estadual, o *fumus boni iuris* se faz presente quando restou comprovado, que a empresa ENSERCON já recebeu pelos serviços da cerca, mesmo esses serviços não tendo atendido as especificações que constam no projeto.

**Diante disso tudo, se reconhece a presença do requisito do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris* para o fito de se determinar que a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso – SINFRA-MT se abstenha de efetuar qualquer pagamento relacionado a serviços que consta na planilha orçamentária do Contrato nº 22/2013, sob pena de aumentar o prejuízo ao erário estadual de difícil reversão.**

## IX. QUADRO DE RESPONSABILIZAÇÃO

ACHADOS	CLASSIFICAÇÃO IRREGULARIDADE	RESPONSÁVEL
<b>ACHADO 1:</b> o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, que subsidiou a referida contratação (Concorrência nº 15/2012), dos itens 1.6, 1.7, 1.8, 7.1, 8.2 até 8.27 da planilha orçamentária, no montante de R\$ 4.569.969,16, sem as correspondentes composições de preços unitários, contrariando o artigo 7º, inciso II, da lei 8.666/93. <b>(item 7.1)</b>	<b>IRREGULARIDADE: GB11</b> – Licitação. Deficiência do projeto básico (artigos 6º, IX e X, 7º e 12 da Lei 8.666/1993).	Engenheiro <b>José Carlos Ferreira da Silva</b> – Gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária da SETPU







<p><b>ACHADO 2:</b> o engenheiro orçamentista realizou o orçamento, com preços superiores ao preço praticado no mercado. <b>(item 7.2)</b></p>	<p><b>IRREGULARIDADE: GB06 - Licitação.</b> Realização de processo licitatório ou contratação de bens e serviços com preços comprovadamente superiores aos de mercado – sobrepreço (art. 37, caput, da Constituição Federal e art. 43, IV, da Lei 8.666/1993).</p>	<p>Engenheiro <b>José Carlos Ferreira da Silva</b> – Gerente da Gerência Aeroportuária e Hidroviária da SETPU</p>
<p><b>ACHADO 3:</b> os engenheiros designados para acompanhar e fiscalizar a execução da obra objeto do Contrato n/ 22/2013 foram ineficientes no exercício do seu mister. <b>(item 7.3)</b></p>	<p><b>IRREGULARIDADE: H15. Contrato.</b> Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993).</p>	<p><b>Esmeraldo Teodoro de Mello e Pedro Maurício Mazzaro</b> – Engenheiros Fiscais designados pela SETPU</p>
<p><b>ACHADO 4:</b> ✓ realização de medições de serviços sabidamente não executados, conforme demonstrado na planilha da 7ª medição, da 10ª medição e da 11ª medição, no valor total de R\$ 7.190.592,03, que sabidamente tinham conhecimento de que não foram executados ou foram executados em desacordo com as normas técnica e projeto básico. ✓ realização de medições de reajustamento de preços calculados sobre parcelas de serviços não executados ou executados em desacordo com as normas técnicas, conforme consta nas planilhas das 7ª, 10ª e 11ª medições, no valor total de R\$ 327.860,52. <b>(item 7.4)</b></p>	<p><b>IRREGULARIDADE: JB03 – Despesa.</b> Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei 4.320/1964 e artigos 55, § 3º e 73 da Lei 8.666/1993).</p>	<p><b>Cinésio Nunes de Oliveira</b> – ex-Secretário de Estado da SETPU.  <b>Esmeraldo Teodoro de Mello e Pedro Maurício Mazzaro</b> – Engenheiros Fiscais designados pela SETPU</p>
<p><b>ACHADO 5:</b> a empresa contratada como supervisora, através do Contrato nº 241/2013, não alertou a SETPU sobre itens medidos e sabidamente não executados pela empresa ENSERCON, constituindo liquidação indevida de despesa. Ainda, em decorrência da inércia da empresa contratada como supervisora, serviços de pavimentação foram executados em desacordo com as normas técnicas e o projeto básico. <b>(item 7.5)</b></p>	<p><b>IRREGULARIDADE: H15. Contrato.</b> Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993).</p>	<p><b>SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda</b> – empresa contratada como supervisora.</p>





<b>ACHADO 6:</b> A empresa Ensercon recebeu do erário estadual recursos que sabidamente tinha conhecimento que não tinha direito causando dano ao Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 7.518.452,55. <b>(item 7.6)</b>	<b>IRREGULARIDADE: JB 99.</b> Despesa. Recebimento de valores com preços superfaturados por inexecução de serviços ou acima do valor contratado.	<b>ENSERCON Engenharia Ltda</b> – Empresa contratada
---	--	--

## X. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Isto posto, diante das irregularidades apresentadas neste relatório, bem como ante a constatação da ocorrência de danos ao Erário Estadual no valor de **R\$ 7.518.452,55** (sete milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), a equipe técnica da SECEX de Obras e Infraestrutura sugere o Exmo. Conselheiro Relator:

1. Concessão de **medida cautelar, inaudita altera pars**, conforme art. 297 c/c art. 298, inciso III, do RITCEMT, determinando ao Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística, Sr. **Marcelo de Oliveira**, para que se abstenha de realizar qualquer pagamento de itens relacionados à planilha orçamentária do Contrato nº 22/2013, que tem como objeto a execução de serviços de ampliação do aeroporto Maestro Marinho Franco, em Rondonópolis-MT, em especial, o **Processo nº 138635/2019**, protocolado naquela Secretaria em 27.03.2019, pelo qual a empresa CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA busca receber da SINFRA a importância de **R\$ 1.715.252,02**, sob alegação de que teria executado o *item 6.3 – Cerca e alambrado – Conforme projeto*, que faz parte do Contrato 22/2013, objeto desta Tomada de Contas Ordinária.

2. Em respeito ao princípio do devido processo legal, bem como para garantir o contraditório e a ampla defesa, sugere-se ao Exmo. Conselheiro Relator determinar a **CITAÇÃO** dos responsáveis, conforme quadro de responsabilização, para ressarcirem ao Erário Estadual o dano causado ou, querendo, manifestarem em relação às irregularidades a eles imputadas, trazendo aos autos argumentos de defesa em razão dos fatos apurados ou a comprovação da restituição ao erário estadual.

3. Sugere-se ainda:





- a) juntamente aos ofícios de citação, que seja disponibilizado aos Representados, em mídia digital, o documento nº 152559/2020, em formato EXCEL, que consta como ANEXO.
- b) em vista de possível restrição a direitos da contratada por responsabilização solidária da Ensercon Engenharia Ltda, **sugere-se também a citação** do representante legal da mesma, sr. **Marcílio Ferreira Kerche**, para, querendo, responder a esta Tomada de Contas Ordinária e justificar o recebimento por serviços não executados ou executados em desacordo com as Normas Técnicas e Projeto Básico;
- c) em vista de possível restrição a direitos por responsabilização solidária da empresa SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda, detentora do contrato 241/2013 para assessorar a fiscalização da SETPU na execução do contrato 22/2013, **sugere-se também a citação** do representante legal da mesma, Sr. **Sílvio Ramão Medina**, para, querendo, responder a esta Tomada de Contas Ordinária e justificar sobre os pagamentos indevidos à empresa ENSERCON por serviços não executados ou executados em desacordo com as Normas Técnicas e Projeto Básico;
- d) **encaminhamento de cópia deste relatório** ao Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística, Sr. Marcelo de Oliveira, para conhecimento e providências que entender necessárias, tendo em vista que tramita naquela Secretaria o **Processo Administrativo de Responsabilização - PAR** nº 427915/2019, decorrente da Portaria Conjuntas nº 216/2019/CGE-COR/SINFRA, que apura irregularidades em desfavor da empresa ENSERCON Engenharia Ltda e SSM Consultoria, Projetos e Construções Ltda.; e,
- e) **encaminhamento de cópia deste relatório** ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sr. Cesar Alberto Miranda Lima dos Santos Costa, para conhecimento e providências que entender necessárias, tendo em vista que os recursos utilizados para pagamento da empresa ENSERCON Engenharia Ltda são oriundos de Programa do PRODETUR, financiada pelo





BNDIS, que foi objeto do Termo de Cooperação nº 007/2012/SEDTUR, firmado entre a SEDTUR e a SETPU.

É o relatório que se submete à apreciação superior.

Cuiabá, 25 de junho de 2020.

(Documento assinado digitalmente)<sup>10</sup>

*Nilson José da Silva*  
Auditor Público Externo

*Helder Augusto Pompeu de Barros Daltro*  
Auditor Público Externo  
Supervisor

## ANEXOS:

DOCUMENTOS	Nº NO CONTROL-P
RELATÓRIO RTS5MT165718 EMITIDO PELO CONSÓRCIO LBR – ESTEIO DE MAIO/2018 (PARTE 1)	152872/2020
RELATÓRIO RTS5MT165718 EMITIDO PELO CONSÓRCIO LBR – ESTEIO DE MAIO/2018 (PARTE 2)	152873/2020
RELATÓRIO RTS5MT165718 EMITIDO PELO CONSÓRCIO LBR – ESTEIO DE MAIO/2018 (PARTE 3)	152874/2020
RELATÓRIO CONSÓRCIO ESTEIO SOBRE A CERCA DO AEROPORTO - AGOSTO/2017	152876/2020
RELATÓRIO CONSÓRCIO ESTEIO SOBRE A CERCA DO AEROPORTO - JANEIRO/2020	152877/2020
PROCESSO Nº PELO QUAL A EMPRESA TRIPOLO REQUER O PAGAMENTO PELA CERCA DO AEROPORTO	152878/2020
PROCESSOS DE PAGAMENTOS DA 1ª À 6ª MEDIÇÃO EFETUADOS À ENSERCON	152376/2020
1ª MEDIÇÃO NORMAL	153277/2020; 153278/2020; 153279/2020; 153280/2020; e 153281/2020
2ª MEDIÇÃO NORMAL	153297/2020; 153299/2020; 153300/2020; 153301/2020; 153304/2020; e 153310/2020
3ª MEDIÇÃO NORMAL	153316/2020; 153319/2020; 153320/2020; 153321/2020; e 153323/2020
4ª MEDIÇÃO NORMAL	153335/2020; 153336/2020; 153337/2020; e

<sup>10</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.







	153344/2020;
5ª MEDIÇÃO NORMAL	153385/2020; 153387/2020; 153391/2020; e 153392/2020
6ª MEDIÇÃO NORMAL	153393/2020; 153394/2020; e 153395/2020
PAGAMENTO 1ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	1533399/2020; e 153405
PAGAMENTO 2ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	153409/2020 e 153410/2020
PAGAMENTO 3ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	153474/2020; 153478/2020; e 153483/2020
PAGAMENTO 4ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	153488/2020; e 153489/2020
PAGAMENTO 5ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	153493/2020; e 153496/2020
PAGAMENTO 6ª MEDIÇÃO REAJUSTAMENTO	153501/2020; 153502/2020; e 153503/2020
PLANILHA DE CÁLCULO DO DANO APURADO SOBRE O PAGAMENTO DOS REAJUSTAMENTOS	153508/2020
11ª PLANILHA REVISORA QUE FOI SUBSTITUÍDA PELA PLANILHA DA ESTEIO	153555/2020; e 153556/2020

